

# Ampliar e Fortalecer a Unidade Contra as Provocações Golpistas

## VOZ OPERÁRIA

N.º 393 — RIO DE JANEIRO, 24 DE NOVEMBRO DE 1956

### RESISTÊNCIA ATIVA AO ENTREGUISMO E AO GOLPISMO

É indistigável o aguçamento da luta política em nosso país. As posições das diversas forças delimitam-se dia a dia mais claramente e as orientações, num e outro campo de luta, vão-se tornando mais nítidas e precisas. Há uma tendência geral, determinada pelo próprio desenvolvimento objetivo da situação nacional, à radicalização.

De fato, já ninguém pode ignorar que se firma e acentua o embate político no país em torno de orientações definidas. De um lado, agrupam-se as forças que defendem posições nacionalistas, que resistem às imposições dos monopólios norte-americanos e procuram soluções democráticas para os problemas que enfrentamos. Do outro lado, reúnem-se as forças que, mais ou menos abertamente, desejam o prosseguimento da política entreguista de subordinação aos trustes e ao Departamento de Estado norte-americano e, para tanto, procuram instaurar no Brasil «regimes da exceção».

Os núcleos dessas duas posições, desses dois campos de luta, são constituídos pelas correntes que, em novembro do ano passado, se ajuaram contra o golpe que se preparava ou a favor dele. Isto não quer dizer, entretanto, que a composição de forças seja, hoje, totalmente a mesma de 11 de novembro. Iniciam-se novas polarizações, através de um processo de ampliação da base da frente única antigolpista, que já agora inclui novos elementos, como a definição de posições cada vez mais firmes contra o entreguismo e por uma política de independência nacional. Diversas medidas tomadas pelo governo nos últimos tempos — defesa da Petrobrás, nova política atômica — assim como estímulos, partidos do próprio seio da atual administração para uma resistência a exigências intoleráveis dos governantes norte-americanos, atestam o desenvolvimento deste processo de polarização. E ele será tanto mais rápido e mais profundo, quanto as grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo estejam em condições de apoiar e estimular os setores que, dentro do próprio governo, já compreenderam a impossibilidade de realizar uma política de progresso nacional fazendo, ao mesmo tempo, concessões ao imperialismo ianque.

JUSTAMENTE por isto é que os agentes mais conhecidos do entreguismo, politiquieiros como Lacerda, partidários dos trustes como Juarez Tavora, fascistas como Pena Boto e golpistas inveterados como Amorim do Vale se lançam freneticamente — não sem o apoio da embaixada dos EE. UU. — a todos os tipos de provocações e intrigas para precipitarem os acontecimentos antes que se consolide a ampla coalizão de forças que se batem por uma política de cunho nacionalista e democrática. Procuram assim os salvados do golpismo, agora em aliança com grupos entreguistas que não conseguiram arrastar durante a campanha sucessória — exemplo, o «Correio da Manhã» — isolar, dentro do governo e do aparelho do Estado, os setores que tentam se apoiar no povo e realizar uma política voltada para os interesses brasileiros. Em resumo: querem contar novamente com todo o aparelho estatal para colocá-lo a serviço da abdicação da soberania nacional.

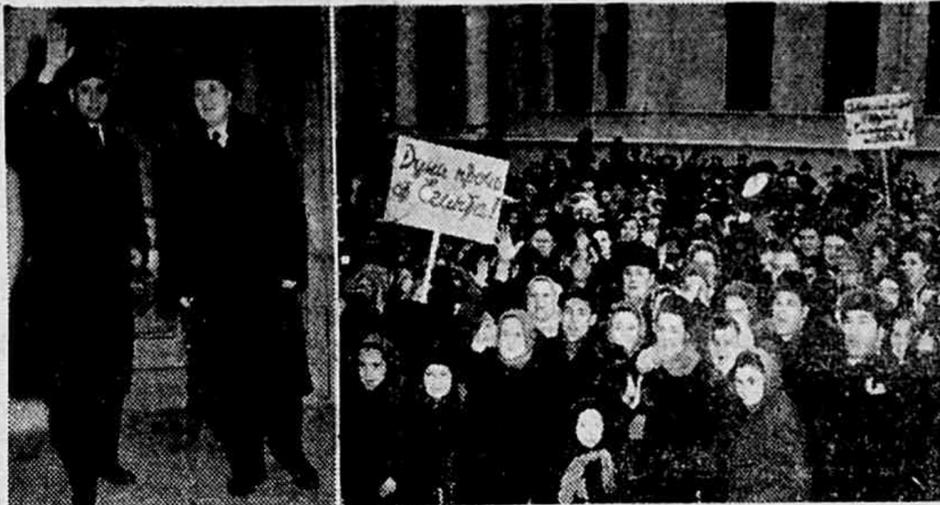
ISTO explica as campanhas odientas contra a Frente de Novembro, contra o apoio dos trabalhadores à atitude do sr. Ministro da Guerra em defesa das franquias democráticas e da soberania popular, o retorno à técnica dos «planos Cohen» e da exploração histórica do anticomunismo sistemático. Todas essas provocações têm o objetivo bem claro de criar cisões no seio das forças antigolpe e antientreguistas e, particularmente, de dificultar uma aproximação cada vez mais estreita entre os setores democráticos do governo e as grandes massas populares.

É claro que, nesta situação, o problema do fortalecimento da unidade das amplas forças que lutam contra o golpismo, pelas liberdades e por uma política de emancipação nacional se impõe, com maior urgência, diante de todos os patriotas. A questão do tempo é essencial. Não se pode perdê-lo. É necessário encontrar por toda parte as reivindicações concretas e comuns capazes de mobilizar e unir, desde os trabalhadores da cidade e do campo até os setores democráticos da administração — federal, estadual ou municipal — num profundo movimento de resistência ativa ao entreguismo e ao golpismo.

### QUE É CENTRALISMO DEMOCRÁTICO?

DO INFORME DE TENG HSIAO-PING  
AO VIII CONGRESSO DO P. C. CHINÊS

(Na 11.ª pág., IMPORTANTE CAPÍTULO



### SOLIDARIEDADE AO POVO EGÍPCIO

Os moscovitas realizam diante da embaixada do Egito uma calorosa manifestação de amizade e solidariedade ao povo egípcio. Aparece na foto o embaixador do Egito na U.R.S.S., Mohamed

el-Cuni, que agradece aos cidadãos soviéticos por seus ardentes sentimentos de protesto contra o ataque israelense-franco-britânico ao seu país (TASS)



Um documento do bestial e selvagem terror branco desencadeado na Hungria pelas forças contra-revolucionárias e da restauração capitalista: um soldado da segurança do Estado assassinado. Tem os olhos furados e uma baioneta cravada na boca. Sobre o seu peito os bandidos fascistas colocaram um retrato de Lênin. A foto foi publicada pelo "Neues Deutschland", de Berlim, e reproduzida pela "Pravda", de Moscou.

### CARTA DE PRESTES AO C.C. DO P.C.B. SOBRE OS DEBATES

(Na 3.ª página)

#### PREÇO DESTA JORNAL

Distrito Federal, São Paulo, E. do Rio, Paraná, Sta. Catarina, R. G. do Sul, Esp. Santo e Belo Horizonte .....	2,00
Goiás e interior de Minas Gerais ....	2,50
Amazonas e Territórios .....	4,00
Outros Estados ....	3,00

#### ASSINATURAS

Anual .....	100,00
Semestral .....	60,00
Trimestral .....	30,00
Núm. avulso .....	2,00
Núm. atrasado .....	3,00
Assinatura aérea ...	200,00

### UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

(nas págs. 6 e 7)  
Artigos de:

★  
Oswaldo Lessa —  
QUAL A NOSSA  
POSIÇÃO DIANTE  
DO ATUAL GO-  
VERNO?

★  
Oswaldo Peralva —  
INATUALIDADE  
DO «NÚCLEO DI-  
RIGENTE».

★  
J. B. de Lima e Silva —  
DUAS RESOLU-  
ÇÕES, DUAS TEN-  
DÊNCIAS.

★  
Paulo Pio da Silva —  
DISCIPLINA E  
UNIDADE, FATO-  
RES PRINCIPAIS  
PARA A VITÓRIA.

# Declaração

## DO GOVERNO DA URSS SOBRE AS BASES DO DESENVOLVIMENTO E POSTERIOR FORTALECIMENTO

### DA AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO SOVIÉTICA E DEMAIS ESTADOS SOCIALISTAS

A Agência TASS transmitiu a seguinte declaração:

"A política de coexistência pacífica, amizade e cooperação entre todos os Estados tem sido e permanecerá a base invariável das relações exteriores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Esta política encontra sua expressão mais completa e consistente nas relações mútuas entre os países socialistas. Sendo unidos pelos ideais comuns de construção da sociedade socialista e pelos princípios do internacionalismo proletário, os países da grande comunidade de nações socialistas podem construir suas relações mútuas somente sobre os princípios de completa igualdade, respeito pela integridade territorial, independência nacional e soberania e não interferência nos negócios internos de cada um. Longe de excluir, pelo contrário isto pressupõe cooperação fraternal mútua e assistência mútua entre os países da comunidade socialista, nas esferas econômica, política e cultural.

Foi nesta base que em numerosos países da Europa e da Ásia, depois da Segunda Guerra Mundial e do desmoronamento do fascismo, formou-se o sistema de Democracias Populares, que ganhou força e demonstrou sua grande viabilidade.

No processo de construção do novo sistema e no aprofundamento das transformações revolucionárias das relações sociais, houve muitas dificuldades, tarefas não cumpridas e erros bem-intencionados, inclusive nas relações mútuas entre os países socialistas, violações e erros que reduziram ao mínimo o princípio da igualdade de direitos nas relações entre os Estados socialistas.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética denunciou com extrema determinação essas violações e erros e colocou a tarefa de aplicação consistente pela União Soviética dos princípios leninistas da igualdade de direitos dos povos em suas relações mútuas com outros países socialistas. Ele proclamou a necessidade de levar

em conta plenamente o passado histórico e os traços distintivos de cada país que segue pelo caminho da construção de uma nova vida.

O Governo Soviético está pronto em prática, de modo consequente, essas decisões históricas do XX Congresso que criam condições para o ulterior fortalecimento da amizade e cooperação entre os países socialistas na invariável base do respeito à plena soberania de cada Estado Socialista.

Acontecimentos recentes mostraram que se tornou necessário emitir uma declaração apropriada sobre a posição da União Soviética no que se refere às relações mútuas entre a URSS e demais países socialistas, principalmente nas esferas econômica e militar.

O Governo soviético está preparado para discutir conjuntamente com os Governos dos outros Estados socialistas as medidas para assegurar o ulterior desenvolvimento e reforço das relações econômicas entre os países socialistas, assim como

para remover qualquer possibilidade de violação do princípio da soberania nacional, das vantagens recíprocas e da igualdade nas relações econômicas.

Este princípio deve também ser aplicado aos conselheiros. É sabido que no primeiro período, quando o novo sistema social estava tomando forma, a União Soviética, a pedido dos Governos das Democracias Populares, enviou a esses países um certo número de seus especialistas — engenheiros, agrônomos, trabalhadores científicos e conselheiros militares. Ultimamente o Governo Soviético levantou mais de uma vez com os Estados socialistas a questão de retirar seus conselheiros.

Em vista do fato de que atualmente quadros nacionais competentes foram formados em todas as esferas econômicas e militares nas Democracias Populares, o Governo soviético considera urgente examinar conjuntamente com os demais Estados socialistas a conveniência da permanência futura dos conselheiros soviéticos nesses países.

Nos negócios militares, uma base importante das relações mútuas entre a União Soviética e as Democracias Populares é o Tratado de Varsóvia, pelo qual seus signatários combinaram a política abrangida e acordos militares, inclusive o acordo para tomar "as necessárias medidas acordadas para fortalecer seu poderio defensivo visando a proteger o trabalho pacífico de seus povos, garantir a inviolabilidade de suas fronteiras e territórios e proporcionar defesa eficaz contra possível agressão".

É fato conhecido que unidades soviéticas estão estacionadas nas repúblicas da Hungria e Rumania, sob o Tratado de Varsóvia de acordo com os respectivos governos. Na república da Polônia, unidades militares soviéticas estão estacionadas tendo por fundamento o Tratado dos Quatro Grandes, o de Potsdam, e o Tratado de Varsóvia. Não há unidades militares soviéticas em outras Democracias Populares.

Com o objetivo de garantir a segurança mútua aos povos socialistas, o Governo soviético está preparado para examinar com os demais países socialistas memorandos do Tratado de Varsóvia, a questão das forças soviéticas estacionadas nos territórios desses países. Assim, Jazenski, o Governo soviético parte do princípio geral de que o estacionamento de forças de qualquer Estado, membro do Tratado de Varsóvia, no território de outro Estado também membro do Tratado de Varsóvia, é efetuado na base de um entendimento entre todos os membros e somente com o consentimento do Estado em cujo território estas forças foram estacionadas ou vão ser estacionadas a seu pedido.

O Governo soviético considera necessário fazer uma observação em conexão com as declarações da Hungria de acontecimentos acontecidos que o povo trabalhador da Hungria, que fez grande progresso nas bases da sociedade socialista popular, tem vindo a enfrentar a questão da necessidade de eliminar os acertos feitos no desenvolvimento econômico, na ulterior elevação do nível de vida da população da luta contra as forças reacionárias e burocráticas na máquina do Estado. Este movimento justo e progressista do povo trabalhador, entretanto, foi rapidamente aproveitado pelas forças da reação e da contra-revolução que uniram esforços e acionaram o descontentamento de uma parte das massas trabalhadoras visando a solapar as bases da democracia popular na Hungria e restaurar a velha ordem dos latifundiários e capitalistas.

O Governo soviético, juntamente com todo o povo soviético deplora profundamente o fato de que os acontecimentos na Hungria tenham conduzido à efusão de sangue.

A pedido do Governo Popular da Hungria o Governo soviético concordou com a entrada em Budapeste de unidades militares soviéticas, para ajudar o exército popular da Hungria e as autoridades húngaras a restaurarem a ordem na cidade.

Tendo em mente que o ulterior estacionamento das unidades militares soviéticas na Hungria poderia conduzir a futura agravamento da situação, o Governo soviético instruiu seu comando militar para retirar as unidades militares soviéticas da cidade de Budapeste assim que o Governo húngaro o considerar necessário.

Ao mesmo tempo o Governo soviético está preparado para entrar em negociações apropriadas com o Governo da República Popular da Hungria e com outros membros do Tratado de Varsóvia sobre a questão de presença de forças soviéticas na Hungria.

A defesa das conquistas socialistas da Hungria popular e democrática é hoje, a principal e sagrada obrigação dos trabalhadores, camponeses e intelectuais de todo o povo trabalhador da Hungria.

O Governo soviético expressa confiança de que os povos dos países socialistas não permitirão às forças reacionárias externas e internas abalar as bases do sistema popular democrático conquistado e reforçado pela própria luta e trabalho dos operários, camponeses e intelectuais de cada país. Eles farão esforços extremos para remover todos os obstáculos levantados no caminho do ulterior fortalecimento das bases democráticas, da independência e soberania de seus países, e para desenvolver sucessivamente as bases socialistas de cada país, suas economias, suas culturas, visando e firme avanço do bem-estar material e do nível cultural de todo o povo trabalhador, e consolidar a unidade fraternal e a assistência mútua entre os países socialistas a fim de reforçar a grande causa da paz e do socialismo.

30 de outubro de 1956.

## A Nova Proposta Soviética de Desarmamento

A 17 do corrente, o Governo Soviético emitiu uma importante declaração sobre problemas internacionais, em mensagem diretamente transmitida aos chefes de Governo dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, China e Índia. Embora provindo de um Estado que segue, tradicionalmente, uma linha geral de paz, as novas propostas soviéticas visando a deter a corrida armamentista e o perigo de um conflito atômico são ainda mais amplas do que as anteriores, facilitando, se encontrarem a correspondente boa vontade das outras partes interessadas, um acordo sobre o principal problema que preocupa a humanidade de nossos dias: o da guerra e da paz.

Há sete pontos fundamentais sobre o assunto. A URSS renova suas anteriores propostas de redução dos efetivos das cinco grandes potências fixando níveis paritários para os Estados Unidos, a China e ela própria (1.500.000 homens) e de 550.000 homens para a França e Grã-Bretanha, reduzindo-se, na mesma proporção, os armamentos.

Ao mesmo tempo, insistem os soviéticos na interdição de armas atômicas e de hidrogênio, na suspensão de sua produção, e na destruição de todas as reservas existentes, tomando-se como ponto de partida a suspensão das experiências, o que, mesmo antes de qualquer acordo de fiscalização, pode ser controlado pelos atuais recursos existentes.

Estabelece-se, igualmente, a necessidade de reduzir de um terço todas as forças armadas das potências referidas, durante 1957, e processar a retirada de parte dos contingentes desses Estados que estejam estacionados em territórios de outras potências, e a redução dos orçamentos militares.

Todos esses pontos já foram anteriormente apresentados pela URSS sem encontrarem a devida repercussão por parte de círculos ocidentais interessados em prosseguir na corrida armamentis-

ta que, se não for sustada, poderá conduzir a uma guerra de extermínio. Apegavam-se sobretudo as autoridades norte-americanas e o próprio presidente Eisenhower na questão da fiscalização, reclamando a inspeção aérea como indispensável, ao passo que os soviéticos proclamavam ser suficiente o estabelecimento de observadores nos entroncamentos ferroviários, portos, e demais locais-chave de concentração ou movimento de tropas ou outras forças armadas. Agora, aumentando suas anteriores concessões, a URSS aceita a inspeção aérea, retirando mais um argumento a que se prendiam os belicistas para obstruírem as negociações.

A proposta de Bulgárin prevê uma zona de 800 quilômetros de cada lado da fronteira das zonas em que estão estacionados os principais dispositivos da NATO e do Tratado de Varsóvia, abrangendo, assim, a principal área de possível conflito na Europa. Já se pode prever os argumentos obstrucionistas que se erguerão, afirmando no sentido de que, dessa maneira, não haverá inspeção nos principais centros militares das grandes potências, em seus próprios territórios, ou na maior parte deles. É evidente, porém, que no problema da fiscalização como em todos os outros, há que avançar passo a passo, fortalecendo a confiança mútua na base dos êxitos já alcançados. Se for assegurada, com proveito, a inspeção em algumas regiões de extrema importância, ela poderá ser ampliada, mais tarde a outros pontos, na base de acordos mútuos. Por outro lado, a proposta soviética deve ser tomada em seu conjunto e, se aceites os outros pontos, que vão até o desarmamento quase desintegrado, nem sequer haveria mais necessidade de qualquer inspeção em muito pouco tempo.

Um importante aspecto da mensagem de Bulgárin está na ampliação do debate pois ao propor uma conferência

internacional entre as grandes potências, considera, igualmente, recomendável, convidar todos os chefes de governo dos países da NATO e do Tratado de Varsóvia e os de certos outros países: China, Índia, Iugoslávia, Indonésia e Birmânia. Com isso, amplia-se a base política para um acordo, pois os chefes dos chamados grandes estarão aptos a debater com os demais países igualmente interessados, sem os quais não seria possível levar a certas cláusulas de qualquer acordo que viessem a estabelecer.



O recente acordo assinado entre os governos soviético e polonês inicia um novo período nas relações entre os dois mais populosos países eslavos e consolida a amizade existente entre duas importantes nações socialistas. Verifica-se que as divergências entre Estados que baniram a exploração da burguesia e suas nocivas influências podem, em prazo rápido, ser resolvidas desde que as duas partes se mantenham na base da doutrina do marxismo, respeitando, ao mesmo tempo, o internacionalismo proletário e a autodeterminação nacional. Reduzidos dias de conferência foram bastantes para solucionar sérias questões de política, de comércio e de créditos. As duas delegações — ressalta o comunicado — consideram a declaração soviética de 30 de outubro (publicada nesta página — N. da R.) preferentemente consentânea com os interesses dos dois países. Reafirmam a amizade fraternal entre os dois povos e vêem na aliança entre seus Estados uma garantia para a paz e a segurança na Europa e, em particular para a estabilidade da fronteira Oder-Neisse que os reacionistas alemães insistem em pôr em jogo, apoiados pelas forças mais reacionárias dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Corrigiram-se, agora, perniciosos efeitos de anteriores relações de troca entre os dois países que nem sempre se baseavam no interesse mútuo, mas favoreciam às vezes uma das partes, em detrimento da outra. Decidiu-se, assim, "que as importâncias devidas pela Polónia em 1. de novembro de 1956, em consequência de créditos concedidos pela URSS, serão consideradas extintas, tendo em vista o valor real do carvão fornecido pela Polónia à URSS, entre 1946 e 1953". Ao mesmo tempo, o Governo Soviético se comprometeu a fornecer à Polónia, em 1957, 1.400.000 toneladas de trigo, que serão pagas a prazo e

## Acôrdo Polono-Soviético

conceder-lhe um novo crédito de 700 milhões de rublos, para pagamentos de mercadorias que serão adquiridas na União Soviética.

Acordaram as duas partes na conveniência de manter estacionadas tropas soviéticas em território polonês, em vista da situação internacional, ficando, porém, estabelecido que os pontos de estacionamento, movimentação, efetivos, etc. serão objeto de um acordo especial, na base dos princípios de que essa "presença temporária das tropas soviéticas na Polónia não poderá, em nada, atingir a soberania polonesa e conduzir essas tropas a se imiscuem nos assuntos internos da Polónia". Um acordo de repatriamento foi igualmente firmado entre as duas partes.

Comprova-se mais uma vez que os distúrbios nas relações entre os povos socialistas não podem, de nenhum modo, ser atribuídos a vícios inerentes ao sistema político que adotaram, o qual, pelo contrário, elimina as bases da inimizade entre os povos e do nacionalismo estreito. Na transgressão dos princípios socialistas cometida, no passado, por dirigentes soviéticos e poloneses, e não naqueles princípios, é que se gerou a discordância sobre importantes assuntos da vida dos dois países. E o novo reforço da amizade é o fruto da correção honrada daqueles erros, constituindo um motivo de orgulho para os comunistas soviéticos e poloneses que levaram à prática, em circunstâncias difíceis, os princípios da crítica e da auto-crítica, anulando os esforços da reação para transformar justos protestos do proletariado e do povo da Polónia em caldo de cultura para uma tentativa de restauração burguesa-latifundiária e em ameaça à paz na Europa.

# Importante Carta de Luiz Carlos Prestes Ao C.C. do P.C.B. Sobre o Debate Político

A respeito da discussão aberta pelo projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, recebeu aquele órgão a seguinte carta de seu secretário-geral, Luiz Carlos Prestes:

AO COMITÊ CENTRAL — Queridos camaradas:

Encetamos em nosso Partido um amplo debate em torno dos numerosos e sérios problemas levantados no recente projeto de Resolução do Comitê Central. Vamos enfim discutir. Estou certo de que isto constitui motivo de satisfação e alegria em todo o Partido.

Entusiasmado da discussão, convencido como estou de que constituirá um passo importante no processo de desenvolvimento de nosso Partido, sinto-me, no entanto, no dever de manifestar minha estranheza e indignação diante de certas manifestações que vão surgindo no debate pela imprensa. É inadmissível que, a pretexto de livre discussão, jornais feitos com o dinheiro do povo e que sempre — a custa dos maiores sacrifícios — defenderam os interesses do povo, da classe operária e seu Partido de vanguarda, sejam agora utilizados para veicular ataques à União Soviética, para tentar apresentar como equiparáveis os erros cometidos na luta difícil e duríssima pela construção do socialismo com os crimes da burguesia em defesa de seus interesses e privilégios. Não tenho nenhuma dúvida de que é esta igualmente a opinião de nosso Partido, da classe operária e das grandes forças que em nosso país lutam hoje pela liberdade, pela independência e pelo progresso.

Evidentemente, estamos diante de um lamentável e perigoso equívoco.

Não discutimos por discutir apenas, por simples tagarelice, mas com o fim consciente de reforçar nosso Partido, de melhorar nosso trabalho, de estreitar nossas relações com as massas, de melhor e mais eficientemente dirigir as lutas de nosso povo. Como dizia Lênin, «não somos um clube de discussões». No intercâmbio de opiniões, na crítica e autocritica, nas discussões enfim, não podemos jamais esquecer o sentido profundo desta lição de Lênin. A discussão entre nós não pode deixar de ser guiada pelos organismos que têm por dever dirigir todo o desenvolvimento do Partido. O debate é para nós, comunistas, uma necessidade no processo de desenvolvimento da consciência política do Partido, de sua capacidade de fixar com acerto os problemas objetivos e de reforçar sua solidez e unidade, sem deixar ao mesmo tempo de combater pelos seus objetivos.

Nosso Partido já percorreu um longo caminho, chelo de heroísmo e de inquebrantável fidelidade à classe operária e ao povo. Jamais arriamos nossa bandeira de luta e é incontável que constituímos uma força decisiva nos destinos do Brasil. A partir do fim da segunda guerra mundial, nossas forças cresceram de maneira considerável, cresceu nossa influência entre as grandes massas da população trabalhadora e elevou-se o nível de consciência dos militantes e dirigentes do Partido. A luta contra o opressor norte-americano — uma das consignas mais importantes levantadas no Programa do Partido — ganha os mais amplos setores da população do país. Ao lado dos inegáveis êxitos conseguidos na atividade do Partido, não se pode, entretanto, deixar de reconhecer que determinadas falhas e erros, sumamente prejudiciais ao desenvolvimento do Partido e que persistem em nossas fileiras, precisam agora ser enérgicamente revelados para que possam ser eliminados. Refiro-me em particular à violação dos princípios leninistas sobre o Partido, às restrições que tolham a democracia na vida interna do Partido, assim como aos falsos métodos de direção, aos métodos autoritários, utilizados de cima a baixo em todo o Partido.

Estou convencido de que para elevar a um nível superior a atividade em nossas fileiras é agora imprescindível ampliar a democracia na vida do Partido, melhorar a direção coletiva, combater sistematicamente toda e qualquer violação aos princípios leninistas sobre o Partido, utilizar em maior grau a crítica e a autocritica e estimular, mais e mais, a crítica vinda de baixo. Para dar o primeiro passo nesse caminho é que iniciamos a discussão em nossas fileiras. Neste debate deve ser assegurado a todos os membros do Partido seu direito de opinar livremente sobre todas as questões, estabelecendo viva e fecunda luta de opiniões e criticando os dirigentes, principalmente aqueles que suportam em seus ombros o maior peso de responsabilidade e de experiência.

Reconheço além disto que esta discussão muito contribuirá para se estimular a luta contra o subjetivismo em nossas fileiras, tanto contra a transposição mecânica de experiências alheias como contra a aplicação doutrinária, indiscriminada, como panaceia, dos ensinamentos da teoria. Estimulará igualmente a luta contra o sectarismo que se manifesta em nossas fileiras através particularmente da centralização excessiva, que nos isola das massas, que dificulta enfim o trabalho coletivo nos organismos partidários.

Saúdo, portanto, a discussão que se inicia em nosso Partido. Não nos esqueçamos, porém, que nosso Partido se rege pelos princípios marxistas-leninistas. A discussão no Partido, ampla e livre como a que iniciamos, deve, pois, basear-se em princípios. Não podemos de forma alguma reconhecer a quem quer que seja o direito de propagar no Partido as idéias do inimigo de classe. E constituiria um crime que, a pretexto de livre discussão, a imprensa feita para servir ao povo, para educá-lo politicamente, passasse a constituir instrumento de confusão e de deseducação do povo. O Comitê Central não pode renunciar à sua condição de centro único sem solapar com isto os próprios alicerces do Partido. Cabe ao Comitê Central saber criar as condições para que em todo o Partido não se recele discutir, mas ao mesmo tempo, assumir a direção dos debates, quer dizer, não permitir que se desenvolva a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título de liberdade de discussão, sejam dadas armas ao inimigo. Dirijo-me, por isso, aos prezados camaradas,

certo de que concordarão comigo em que as seguintes questões de princípio não podem deixar de ser respeitadas em nosso debate:

## 1º) SOBRE O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO.

Nosso Partido é um partido da classe operária. Somos internacionalistas. Estamos ligados por todas as fibras de nosso ser aos trabalhadores e oprimidos de todos os países, contra os exploradores de todos os povos. Justamente por isto somos os patriotas mais consequentes. Patriotas de verdade e por isto sistematicamente perseguidos, os comunistas brasileiros sempre lutaram contra o nacionalismo burguês, contra o isolamento nacional e o chovinismo, contra o cosmopolitismo desnacionalizador, e não pouparam esforços para educar o proletariado na fidelidade ao internacionalismo proletário, no apoio aos povos que lutam pela libertação nacional e ao movimento proletário mundial. Reafirmamos com orgulho — como assinala o projeto de Resolução — nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário, de apoio firme e ativo à União Soviética e demais países do campo socialista. Reconhecemos no Partido Comunista da União Soviética o primeiro partido que dirigiu a construção do socialismo e dirige a construção do comunismo. É em união estreita com o proletariado vencedor da grande União Soviética e demais países do campo socialista — e somente assim — que conseguiremos dirigir vitórias a luta de nosso povo contra o jugo imperialista e que a classe operária em nosso país poderá vencer. A igualdade entre todos os partidos comunistas e operários implica na utilização da crítica mútua e fraternal, mas não pode degenerar, sem grave dano para o movimento operário mundial, em ameaça ao internacionalismo proletário, nem levar ao esquecimento do fato objetivo de que a União Soviética está à frente dos povos que lutam pela paz, a democracia e o socialismo. São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com os recursos do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo.

## 2º) SOBRE A DEFESA DO MARXISMO-LENINISMO.

Somos marxistas-leninistas. A discussão em nossas fileiras não pode deixar de relacionar-se entretamente com nossa doutrina, com aquilo que escreveram nossos clássicos, com tudo aquilo que nosso próprio Partido, por menos que seja, elaborou no curso de sua existência. Desde a criação de nosso Partido, sempre lutamos pela difusão do marxismo-leninismo em nosso país e temos feito esforços — esforços honestos e na medida da capacidade teórica de nossos quadros — para aplicá-lo com acerto na análise e solução dos problemas de nosso povo e de nosso país. Como comunistas, somos homens de ação, devemos dirigir a luta de nosso povo pela libertação nacional, pela democracia e pelo socialismo. E são precisamente estas tarefas práticas que impõem aos quadros comunistas a necessidade de se armarem da teoria revolucionária da classe operária. Só o marxismo-leninismo, justamente compreendido e aplicado, não como um dogma, mas como um guia para a ação, pode nos dar a solução acertada dos problemas brasileiros. A doutrina de Marx é onipotente porque é exata, afirmava Lênin. Por ser a melhor arma do proletariado na luta por sua emancipação, é atacada por nossos inimigos. Além disto, como já ensinava Lênin, a teoria de Marx suscita em todo mundo civilizado a maior hostilidade e o maior ódio de toda a ciência burguesa. E', pois, inadmissível permitir que no seio de nosso Partido sejam desferidos ataques contra a teoria do proletariado e veiculados na imprensa do povo os contrabandos do inimigo de classe. Precisamos aprender a aplicar com acerto o marxismo-leninismo às condições históricas específicas de nosso país e zelar pela teoria do proletariado, convencidos de que a causa por que lutamos será invencível se formos fieis à doutrina de Marx e Lênin.

## 3º) SOBRE A DEFESA DO PARTIDO E DE SEUS PRINCÍPIOS.

Para libertar o Brasil do jugo imperialista, para que nosso povo possa ter êxito em sua luta pela liberdade, o bem-estar e o progresso social, é indispensável unir em torno da classe operária as mais amplas forças patrióticas e democráticas da sociedade brasileira. Esta a tarefa histórica de nosso Partido como Partido de vanguarda da classe operária. Sem o Partido, capaz de ser de fato uma força de vanguarda, unificadora, não será possível organizar esse amplo movimento patriótico e popular. Nosso Partido deve constituir por isto um bloco monolítico em que todos seus membros estejam ligados por uma única vontade, pela unidade de ação e por uma disciplina férrea, voluntariamente aceita. Servidor do povo, o Partido é a forma mais alta de organização entre todas as da classe operária e é a encarnação dos vínculos que unem o destacamento de vanguarda da classe operária com as amplas mas-

sas do povo brasileiro. Para que possamos, porém, desempenhar o papel decisivo que nos cabe na vida política do país, a democracia é imprescindível no interior do Partido. Precisamos acabar com o mandonismo e o arbítrio individual em nossas fileiras, o que significa encontrar a justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina. Isto não pode significar, no entanto, que tenham livre curso em nossas fileiras o nihilismo em matéria de organização e o anarquismo senhorial do intelectual burguês, para quem, como dizia Lênin, «toda organização e toda disciplina proletárias são um avassalamento feudal».

Não podemos de forma alguma admitir que em nome da democratização — sem dúvida necessária — da vida do Partido, sejam violados os princípios organizativos. As normas estatutárias de nosso Partido continuam de pé e devem ser respeitadas, enquanto os atuais Estatutos não forem modificados. Ainda que num ou noutro aspecto os Estatutos já não correspondam às necessidades atuais, são, no entanto, a lei interna do Partido. Na defesa do Partido cumpre também lembrar que somos um Partido na clandestinidade. Nestas condições, é necessário ter em conta uma acertada relação entre o centralismo e a democracia. Não esqueçamos ainda que nosso Partido vive e atua numa sociedade em que predominam ideologias estranhas ao proletariado e que precisa portanto defender-se, impedir que circulem em seu seio as idéias do inimigo. O Partido não pode deixar de ter a maior vigilância de classe.

Na discussão que travamos não se pode, pois, permitir ataques abertos ou velados ao Partido e a seus princípios, ataques que, em essência, visam à liquidação do Partido. É dever do Comitê Central zelar atentamente pelos interesses do Partido, tomando em tempo oportuno todas as medidas que forem necessárias para que a discussão emetada concorra de fato para consolidar a unidade do Partido em torno do centro único que é o próprio Comitê Central.

A posição clara e firme do Comitê Central em defesa dessas questões de princípio contribuirá decisivamente para reforçar a autoridade da direção, elevar o nível da discussão e colocar o debate no justo caminho que levará ao reforçamento do Partido e à melhoria de todo nosso trabalho.

A posição clara e firme do Comitê Central em defesa dos princípios acabará com a confusão que o inimigo tenta criar em nossas fileiras e com a perplexidade em que se encontram muitos de nossos amigos e contribuirá decisivamente para reforçar a atividade diária do Partido na luta firme pela realização prática de sua orientação política, exposta em seus elementos essenciais no projeto de Resolução do Comitê Central. Atravessamos uma situação séria e difícil. Enquanto os colonialistas franceses e britânicos tentam restabelecer no Oriente o jugo imperialista, agentes a soldo do imperialismo norte-americano atacam na Hungria as forças populares e tentam restaurar o capitalismo. Em nosso país, as forças mais reacionárias, dirigidas por conhecidos agentes dos monopólios norte-americanos, intensificam seus esforços para tentar mais uma vez barrar o processo de unificação das forças patrióticas e democráticas e instaurar uma ditadura terrorista. Exploram o descontentamento popular, causado pelo encarecimento contínuo do custo da vida e outros erros do governo atual, para conspirar e preparar o golpe contra nosso povo e as conquistas democráticas e patrióticas já alcançadas. Mais do que nunca, é dever dos comunistas alertar os brasileiros e uni-los contra qualquer tentativa golpista, intensificando a luta em defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas e pela elevação do nível de vida dos trabalhadores.

A frente de nosso Partido, sabemos ensinar a todos os seus membros que a discussão é parte integrante de nossa atividade, é um momento necessário na vida do Partido, deve ser feita no sentido de reforçar o Partido, sua unidade e aumentar a eficiência na execução de suas tarefas diárias. Discutimos enfim com o objetivo de superar os defeitos internos do Partido, de melhorar nossas ligações com as massas e todo nosso trabalho de massas.

São estas as observações que me sinto no dever de levantar e para as quais peço a atenção do organismo dirigente máximo do Partido até a realização do próximo Congresso. Confio no Comitê Central, que saberá cumprir seu dever, como depósito igualmente uma confiança sem limites no Partido em seu conjunto. Nosso povo reclama um guia capaz de orientá-lo e dirigí-lo na dura luta que sustenta contra o jugo imperialista, pela liberdade, pela independência e pelo progresso do Brasil, e este guia não pode ser senão o nosso Partido. Mais do que nunca, o momento exige do Partido Comunista o cumprimento de sua tarefa histórica. E' o que esperam de nós todos os nossos amigos, a classe operária e nosso povo.

Reafirmando que a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas, transmito aos camaradas meus melhores votos de saúde e êxito no trabalho.

Novembro de 1956

(a) LUIZ CARLOS PRESTES.

# Declaração do Comitê Regional do Ceará do P. C. B.

## Sobre o Culto à Personalidade e Seus Reflexos na Atividade do Partido

O Comitê Regional do Ceará, do Partido Comunista do Brasil, em sua última reunião ampliada, estando ausentes três dos seus membros efetivos, discutiu demoradamente o Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre o culto à personalidade e seus reflexos na atividade do nosso Partido. Após vários dias de democráticos e esclarecidos debates, o plenário resolveu emitir opiniões acerca de diversas questões.

De antemão, o Comitê Regional considera que o Comitê Central errou seriamente ao retardar, pelo espaço de oito meses, a presente discussão, que afinal abriu de maneira ainda insuficiente, sem o exame aprofundado de importantes aspectos do problema.

### O CULTO À PERSONALIDADE NA U.R.S.S.

Estamos convencidos de que o culto à personalidade — em particular o de Stálin — causou grande mal à sociedade soviética e ao socialismo em todo o mundo. Necessitava, portanto, ser extirpado; por isto, foi meritória a atitude das camaradas soviéticas ao denunciarem publicamente tão graves erros. Causa estranheza, porém, o fato de não haverem aquelas camaradas dado conhecimento do relatório secreto de Kruschiov à maioria dos Partidos Irmãos, sendo a sua publicação feita pelo Departamento de Estado norte-americano.

Há, contudo outras questões a considerar. Aceitar, por exemplo, a afirmação de que um homem só fosse capaz de instituir e levar avante o culto à sua personalidade, é contrariar, a nosso ver, a tese marxista de que são as massas de milhões e não os indivíduos que fazem a história. Sem a co-responsabilidade dos demais membros do Comitê Central do PCUS, achamos duvidoso que Stálin pudesse ter imposto a sua direção unipessoal de causas tão funestas. Assim sendo, achamos injustificável que o Comitê Central do PCUS procure exculpar-se dessa responsabilidade e pensamos que ainda não fez a sua autocrítica, em profundidade, perante os partidos comunistas e os povos do mundo.

Apesar dos inegáveis esforços que o Comitê Central do PCUS vem fazendo para liquidar os efeitos do culto à personalidade, tudo indica que estes ainda persistem. Perceções que isto ficou evidenciado nos casos de fuzilamentos ocorridos na URSS, já depois da morte de Stálin, o que revela, ainda, desrespeito à democracia socialista. Esse fato chegou mesmo a dar lugar a críticas do Partido Comunista Inglês e membros do Partido Comunista Americano. Confiamos, todavia, que os camaradas soviéticos, estribados nos princípios leninistas da democracia interna e da direção coletiva, cedo encontrarão os meios de superar definitivamente esses remanescentes do passado, pondo em vigor, em toda a sua plenitude, a democracia socialista, contribuindo assim para o fortalecimento das forças do socialismo.

### O CULTO À PERSONALIDADE EM NOSSO PARTIDO

Graves foram os efeitos do culto à personalidade em nosso Partido. O culto à personalidade levou-nos a transformar a nossa amizade e solidariedade fraternal para com a URSS em submissão ao PCUS. Aceitávamos, cegamente, tudo o que da URSS provinha, em matéria de política, ideologia e formas de organização. Assim, abandonamos o estudo da realidade nacional e traçamos a nossa orientação política não à base dessa realidade, mas da transplantação mecânica de teses e experiências importadas do PCUS e de outros partidos comunistas do mundo. Nestas condições foram elaborados o Programa e o Estatuto do PCB, os quais, presunçosamente, apregoávamos ser fruto do «marxismo criador» de nosso Partido. Cedo, porém, a nossa atividade prática mostrou quanto o Programa estava distanciado da realidade brasileira.

Vejamos alguns exemplos de superação de teses do Programa.

O Programa coloca, como questão fechada, para atingirmos a independência nacional, a derrubada violenta do governo feudal-burguês. Baseia-se esta afirmação na tese de que o Brasil se encontra num regime de colonização crescente, e de que o governo é inteiramente submisso ao imperialismo norte-americano, incapaz, portanto, de tomar qualquer medida no sentido do progresso e da salvaguarda da soberania nacional. Os fatos, entretanto, revelam que o Brasil não se encontra num processo de colonização crescente e sim de industrialização e avanço no sentido capitalista, facilitados pelos grandes investimentos de capitais europeus e até japoneses, em importantes setores da indústria: siderurgia, fabricação de locomotivas, caldeiras, automóveis, tratores, produtos químicos, etc. Isto tem dificultado a ação colonizadora do capital norte-americano. Por outro lado, tanto o governo Vargas, como o atual, refletindo os interesses das forças progressistas e democráticas que daquele participavam e deste vêm participando, tomaram algumas medidas em defesa da economia e da soberania nacionais, destacando-se entre estas a criação da Petrobrás, da Eletrobrás, e o rompimento do acordo atômico com os Estados Unidos. Esses fatos indicam que — ao contrário do que afirma o Programa — é possível alcançarmos a independência nacional sem a derrubada violenta do governo e mesmo dentro dos limites do atual regime.

O Programa formula, também, como indispensável para a independência nacional, a realização de uma reforma agrária radical. Pensamos que esta tese também entra em choque com a realidade. Enquanto as massas camponesas, na maior parte do país e particularmente no Ceará, apenas despertam para reivindicações como a baixa do arrendamento, aquisição de ferramentas e de sementes, crédito e distribuição das terras devolutas — o Programa levanta o confisco das terras dos latifundiários. Isto, além de não corresponder às aspirações imediatas das massas camponesas, restringe a frente única pela independência nacional. Em nosso Estado, por exemplo, latifundiários produtores de café de carnaúba e algodão sentem seus interesses prejudicados pelo imperialismo norte-americano, podendo chegar mesmo a formar com

as demais camadas do povo na luta pela independência nacional.

O Programa, sem levar em conta a realidade nacional, coloca o problema do confisco dos capitais e empresas norte-americanas. Considerando, porém, que a etapa atual da luta pela independência nacional não é revolucionária e sim evolutiva, pensamos que a nossa posição relativamente ao capital norte-americano deve ser não no sentido de confiscá-lo, mas de liquidar com os seus privilégios. Entretanto, mesmo sendo a favor da participação de capitais estrangeiros na economia nacional, inclusive norte-americanos — nas condições acima expostas — achamos que as riquezas decisivas ao nosso desenvolvimento independente, como o petróleo, os minerais atômicos e outras, devem constituir monopólio do Estado.

Analisando errônicamente o desenvolvimento da economia nacional, dificultamos e às vezes impossibilitávamos a concretização de alianças com todas as forças políticas interessadas no progresso e na independência nacional. Foi errônea, portanto, a nossa posição em face do governo Vargas, que estava dando passos para o desenvolvimento independente da economia nacional. Foi, ainda, em virtude dessa mesma compreensão falsa da realidade, que o CC do PCB lançou, de início, nas últimas eleições presidenciais, a palavra de ordem do «candidato independente». A prática logo mostrou que havia condições para a aliança eleitoral com outras forças, como ficou provado com a ampla coligação pró Juscelino Jango.

Foi por causa desse mesmo subjetivismo que o Partido em nosso Estado, lançou um candidato independente à governança do Estado, sem possibilidades sequer de registro, tomando em seguida uma posição de abstencionismo, negando apoio à candidatura do Sr. Paulo Sarasate, que agrupava em torno de si, naquela ocasião, as forças populares e mais democráticas. Partindo do fato de que nacionalmente a UDN era o partido do golpe, não levamos em conta o caráter das forças em choque no plano estadual, nem tão pouco as qualidades individuais dos candidatos. Esse erro resultou na perda de boa parte de nosso eleitorado e nos chocou com a vontade das massas e de importantes setores do próprio Partido. A responsabilidade principal desse erro cabe ao Secretariado do Comitê Regional, que desconhecendo a situação real do Estado, aceitou passivamente a decisão do Presidium do Comitê Central, o qual determinou a nossa neutralidade nas eleições.

### SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL

O Projeto de Resolução do Comitê Central afirma que as forças patrióticas e democráticas conseguiram alguns êxitos bastante expressivos nos últimos tempos, acentuando a modificação na política atômica do governo. O Comitê Central afirma também que a situação de nosso país evoluiu e se modifica com a rapidez e que a orientação política de nosso Partido deve ser, portanto, a mais ampla, flexível e audaz. Conclama, assim, todo o Partido, a concentrar sua atividade no sentido de mobilizar todo o povo brasileiro em torno dos seguintes objetivos comuns:

a) defesa da soberania nacional, política externa de paz, comércio livre, relações amistosas com todos os povos, defesa e exploração das riquezas naturais, defesa da indústria nacional, desenvolvimento independente da economia nacional;

b) defesa das liberdades consagradas na Constituição, abolição das discriminações políticas e ideológicas, revogação das leis que ferem as franquias constitucionais, extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros, derrota da lei de imprensa;

c) melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, medidas eficazes contra a inflação e a carestia de vida, medidas de reforma agrária que melhorem os meios de trabalho dos camponeses, redução das taxas de arrendamento da terra, extensão da legislação social ao campo, melhorias para os municípios e às populações do interior.

O Projeto de Resolução do Comitê Central chama também a atenção para a posição que devemos adotar frente ao governo do sr. Juscelino Kubitschek. Nesse sentido, afirma o seguinte:

«No seio do governo se refletem contradições e choques de interesses, acentuando-se, porém, duas tendências principais — a das forças patrióticas, democráticas e progressistas, ainda agora vitoriosas no terreno da política atômica e a das forças retrógradas que lutam por impedir qualquer modificação progressista na política externa e interna. Em face dessa situação, devemos apoiar com vigor as forças patrióticas que participam do governo e deste reclamar novas medidas em defesa da soberania nacional e contra quaisquer tentativas de instaurar no país uma ditadura terrorista. Ao mesmo tempo, devemos desmascarar os elementos reacionários pró-lanques que ocupam posições importantes no governo assim como cada ato negativo do Sr. Juscelino. Tenhamos sempre em vista, porém, que o avanço da democracia e a conquista da verdadeira independência nacional dependem fundamentalmente da unidade e da luta do povo.»

Em relação ao nosso Estado, devemos reconhecer que até hoje não tomamos posição clara em face do governo do Sr. Sarasate. A sua atuação até o presente demonstra que dele participam forças democráticas e progressistas, que têm influído para que este tome algumas medidas que consultam os interesses do povo. O governo do Sr. Paulo Sarasate vem mantendo um clima de tolerância política e fazendo esforços para conquistar do governo federal verbas para a conclusão do porto de Fortaleza, o reaparelhamento da R. V. C., ampliação das rodovias, o desenvolvimento da pequena e média agricultura, etc. Devemos estimular a ação do governo, apoiando franca e abertamente os seus atos progressistas e democráticos, criticando aqueles que não refletem os interesses do povo.

Assim como no plano estadual, faz-se necessário que em todos os municípios o Partido analise a composição das diversas forças políticas e a posição dos Prefeitos, a fim de

que possa firmar sua conduta diante das massas, de acordo com a realidade local.

### O CULTO À PERSONALIDADE NA VIDA INTERNA DE NOSSO PARTIDO

A aceitação passiva de tudo o que provinha da URSS, levou-nos a adoção de métodos falsos em nossa política orgânica, violando os princípios leninistas da organização. O culto à personalidade — isto é, a falsa idéia de que um homem sózinho é capaz de pensar por todos e resolver tudo — levou a que se substituisse a vontade e a opinião da maioria do Partido pela vontade e a opinião de um ou alguns dirigentes. Assim foram liquidadas a democracia interna e a direção coletiva, em todos os escalões do Partido, a começar pelo Comitê Central.

O papel dirigente do Comitê Central foi substituído pela direção pessoal do camarada Diógenes Arruda. Apesar das condições especiais de clandestinidade em que se encontra há nove anos o camarada Prestes, não é excluída a sua co-participação na direção centralizada do camarada Diógenes Arruda.

Nestes últimos tempos, a direção do Partido foi tão centralizada nas mãos do camarada Arruda, que ele se tornou um verdadeiro ditador. Em virtude disso, o método de persuasão foi substituído pelo da imposição violenta dentro do Comitê Central, atrofiando o desenvolvimento dos quadros e chegando mesmo à liquidação política daqueles que ousassem discordar dos seus pontos de vista.

Esse método de direção pessoal foi transformado em sistema que se generalizou por todo o Partido. O Comitê Regional do Ceará não só aceitava passivamente essas violações, como as aplicava na região, o que demonstra a sua co-participação nos erros do Comitê Central. No nosso Comitê Regional a direção coletiva foi substituída pela direção do Secretariado; e, dentro deste, já se manifestaram sérios indícios de direção pessoal. Nas reuniões do Comitê Regional não eram levadas em conta as opiniões dos seus membros, prevalecendo sempre a opinião do Secretariado, chegando este a levantar dúvidas quanto à posição dos que discordavam, impedindo assim a realização de uma justa política de quadros. Esses mesmos métodos tem sido postos em prática nos demais escalões do Partido na região.

Como decorrência da violação da democracia interna e da direção coletiva, originaram-se anomalias na vida orgânica do Partido, tais como: imposição de tarefas superiores à capacidade dos organismos de base; retirada dos seus melhores ativistas, para o trabalho de cúpula; falta de normalidade nos plenos dos organismos intermediários e assembleias das organizações de base, tudo isto concorrendo para o seu enfraquecimento e pouca operosidade política.

Foi dentro desse sistema que vigorava em todo o Partido, que se realizou o IV Congresso, o qual aprovou o Programa e os Estatutos atuais. A discussão para o IV Congresso foi toda orientada no sentido de aprovar as teses impostas pelo Secretariado do Comitê Central, os delegados escolhidos de acordo com listas previamente organizadas pelas direções e as intervenções destes, no Congresso, ditadas por membros do Presidium do Comitê Central. Isto revela que o IV Congresso não exprimiu a vontade do Partido, do mesmo modo que as direções eleitas no curso do mesmo não o exprimem. Torna-se, portanto, necessária a realização do V Congresso no mais curto prazo de tempo possível.

Em face de tudo o que ficou exposto, concluímos que o Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB longe está de expressar uma análise séria e responsável dos erros decorrentes do culto à personalidade em nosso Partido. Chega ao absurdo de omitir a existência do culto à personalidade do camarada Diógenes Arruda.

Exigimos, portanto, que o Comitê Central inicie imediatamente um processo autocrítico em profundidade, como garantia da realização livre e democrática do V Congresso do Partido.

Mas não somente do Comitê Central deve partir essa auto-crítica. A superação de desvios e erros tão prejudiciais ao Partido, exige que em todos os seus escalões sejam eles discutidos da maneira mais profunda, ampla e democrática, e que seja travada uma luta persistente e incansável para o restabelecimento dos princípios da democracia interna e da direção coletiva.

### NOSSO TRABALHO JUNTO AS MASSAS

Toda essa série de erros dificultou enormemente o nosso trabalho junto às massas, impedindo maior aproximação com elas. Em tal clima, proliferaram as tendências sectárias, que nos levaram a subestimação do papel das massas, a desprezar as suas reivindicações imediatas, a querer levá-las a lutar por objetivos acima da sua compreensão e a utilizar métodos de imposição e mandonismo no seio das organizações de massas. Ao invés de procurarmos atuar democraticamente nas organizações de massas já existentes, preferimos criar novas organizações adaptadas à nossa tutela.

Com tais métodos de trabalho, não poderemos ajudar as massas a encontrar solução para os seus problemas. Devemos utilizar métodos inteiramente novos e democráticos, partindo do estudo paciente e minucioso da realidade em cada local. Não há fórmulas pré-estabelecidas de organização e de trabalho entre as massas. Somente convivendo com as massas, auscultando os seus sentimentos e aspirações debatendo com elas livremente os seus problemas será possível encontrar os caminhos para a sua organização e unidade.

Além da luta diária pelo levantamento das reivindicações específicas de cada local, o nosso Partido deve atentar para as reivindicações gerais. Grandes reivindicações, neste momento, estão nas mãos do povo: eletrificação do Estado a começar pelo Cariri, distribuição das terras devolutas nos termos do projeto em curso na Assembleia Legislativa; reaparelhamento da RVC, defesa dos produtos agrícolas inclusive através da conquista de mercados livres; ampliação do crédito agrícola; mais autonomia e melhor tratamento para os municípios. Se o nosso Partido não quer ficar afastado

(CONCLUIR NA 11.ª PAGINA)

# PLATAFORMA DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

A Frente Parlamentar Nacionalista, recentemente constituída, lançou ao povo brasileiro a seguinte proclamação, lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo sr. Osvaldo Lima Filho, representante de Pernambuco:

"Na defesa dos interesses fundamentais da Nação Brasileira, cuidando da preservação do regime democrático e desejando promover e assegurar o progresso social e a independência econômica do país, a Frente Parlamentar Nacionalista vem a público mais uma vez declarar os objetivos da sua organização.

A Frente Parlamentar Nacionalista assim se denomina por entender que é nacionalista todo movimento que vise superar os ciclos e métodos colonialistas da produção e distribuição das riquezas, de modo a criar novas condições que elevem o país a uma posição política econômica de igualdade nas suas relações com os demais povos.

Em consequência, a Frente Parlamentar Nacionalista lutará por uma política de desenvolvimento e segurança da economia nacional, tornando-a cada vez mais forte, de maneira que, através de mais constante aplicação de capitais nos serviços da produção industrial e agrícola, resultem rendas ou lucros a serem reinvestidos no país.

A Frente Parlamentar Nacionalista não é hostil à colaboração do capital estrangeiro, desde que se incorpore à economia nacional em caráter cooperador e reprodutivo.

Procurará, porém, os meios legais de corrigir a remuneração excessiva dos investimentos estrangeiros, anulando a remessa para o exterior com prejuízo da justa métrica de reinvestimentos necessário à aceleração do progresso nacional.

A Frente Parlamentar Nacionalista encorajará uma política que desenvolva em grau elevado as relações internacionais com o nosso país considerando, pois, oportuno, que cessem as restrições ou discriminações no intercâmbio comercial e cultural com todos os povos.

Dentro destes princípios a

Frente Parlamentar Nacionalista, no sentido de encontrar medidas eficazes de que decorram benefícios gerais amplos para a Nação, recomenda:

- 1 — Revisão dos tratados, acordos ou convênios contrários aos interesses nacionais;
- 2 — estímulo à criação de indústrias de base;
- 3 — intervenção do Estado sempre que for necessário para acelerar o processo de desenvolvimento do país;
- 4 — amparo às indústrias novas e fomento da produção de alimentos que representem poupança de divisas;
- 5 — defesa do sistema legal que dá ao Estado o controle da exploração de nossas riquezas e recursos naturais básicos;
- 6 — definição e definição do conceito de justa remuneração dos capitais estrangeiros aplicados no país, vedado o retorno dos lucros excessivos;
- 7 — nacionalização das agências de publicidade;
- 8 — combate aos monopólios privados, principalmente os que resultem da ação do capital alienígena;
- 9 — elaboração de leis que melhorem as condições de trabalho nas fábricas e nos campos que promovam a reforma agrária; que reestruturem o nosso sistema bancário e as organizações de seguro imobilidade características nitidamente nacionalistas;
- 10 — luta incessante contra o pauperismo, pela recuperação econômico-social das populações marginais e das regiões subdesenvolvidas do Brasil inclusive pela adoção do melhor sistema de repatriamento de rendas nos municípios;
- 11 — esforço amplo no sentido de amparar e defender o patrimônio cultural brasileiro de forma a ressaltar os seus valores históricos e tradicionais.

A Frente Parlamentar Nacionalista que reúne congressistas de diversas filiações partidárias, confiante no apoio das entidades de classe, dos órgãos técnicos oficiais e particulares,

das assembleias legislativas, das câmaras municipais e do povo em geral, na luta para realizar hoje, esperanças de ontem dos forjadores da nacionalidade e dos fundadores da República."

(Assinados: Fernando Ferrari, Rogê Ferreira, Campos Vergal, Miguel Louz, Seixas Dória, Sérgio Maranhão, Frota Aguiar, Floriano Rubim, Abguar Bastos, Osvaldo Lima Filho, Segadas Viana, Lopo Coelho, João Machado, Danton Coelho, Souto Maior, Nelva Moreira, Wilson Fidal, Nogueira da Gama, Ary Pitombo, Gabriel Hermes, Sylvio Sanson, Humberto Molinaro, Brazul Mendonça, Mário Machado, Hermógenes Príncipe, Pedro Braga, Georges Cal-

vão, Frota Moreira, Cesar Prieto, Dagoberto Sales, Chagas Rodrigues, José de Castro, Cid Carvalho, Geraldo Mascarenhas, Leônidas Cardoso, João Fico, Batista Ranos, Jonas Balense, Nelson Omega, Nita Costa, Francisco Macedo, Lino Braun, Vitor Issler, Luis Francisco, Carlos Pujol, Oscar Passos, Fausto Oliveira, José Miraglia, Lutero Vargas, Divonir Cortes, Aureo Melo, José Alves, Antonio Baby, Leobert Leal, Croacy de Oliveira, Rita Júnior, Roxo Loureiro, Milton Brandão, Armando Rolenberg, Fonseca e Silva, Cid Campelo, José Esteves Rodrigues, Mendonça Braga, Rubem Bernardo, Rafael Corrêa e Aarão Steinbruch.

## RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA HUNGRIA

Os acontecimentos ocorridos na Hungria repercutem profundamente em todo o mundo. Tentamos contribuir a opinião pública, os imperialistas e seus agentes procuram deturpar os fatos.

Na Hungria realizou-se uma tentativa das forças reacionárias internas apoiadas pelos imperialistas visando a destruição do Poder popular e a liquidação das conquistas socialistas dos trabalhadores. Seus objetivos eram a entrega das fábricas aos capitalistas, a volta das terras dos camponeses para as mãos dos latifundiários e a liquidação da reforma agrária, a restauração dos privilégios feudais a gênese do Tratado de Varsóvia e a mudança da política externa da Hungria em favor do campo do imperialismo e da guerra.

Os bandos fascistas de Horthy utilizaram erros e falhas cometidos pela direção do Partido dos Trabalhadores Húngaros e pelos dirigentes do Estado Socialista, chegando a arrastar momentaneamente setores da população, equivocados e descontentes.

A contra-revolução fascista, porém, fracassou na vã tentativa de fazer o povo húngaro retornar à escravidão. Monstruosos foram os crimes praticados pelos contra-revolucionários. Famílias inteiras foram arrancadas de suas casas e fuziladas inclusive crianças. Foguetes humanas foram atadas nas praças públicas. Torturaram, enforcaram e massacraram indistintamente a população. Os operários e camponeses da Hungria derrubaram o governo capitulacionista de Imre Nagy, constituíram seu próprio governo apoiando-se na ajuda fraternal das forças soviéticas.

Foi justa e necessária a participação das forças soviéticas na luta contra os inimigos do povo húngaro e em defesa do socialismo e da paz. Ombro a ombro, húngaros e soviéticos derrotaram seu sangue por um nobre causa. Inadmissível seria permitir-se que os imperialistas e a camarilha de Horthy, que escravizaram a Hungria por 25 anos, se apoderassem novamente do Poder, abrindo perigosa brecha no campo socialista e pondo em perigo a paz mundial.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil salda o povo húngaro e as forças soviéticas irmãos na luta comum contra a reação e a guerra.

Esta luta interessa aos povos dos países que, como o nosso combatem contra o jugo opressor do imperialismo, querem a paz e a independência nacional.

O Partido Comunista do Brasil chama a classe operária, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, os funcionários públicos, os jovens e as mulheres enfim, todo o povo brasileiro a manifestar sua solidariedade aos operários e camponeses da Hungria e o seu repúdio e condenação à contra-revolução fascista.

Novembro, 1956.  
O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## Semana Política

Esta semana foi rica de acontecimentos de uma significação bem precisa sobre os rumos que podem tornar-se dominantes na vida política nacional.

Antes de tudo, é necessário destacar o Congresso das Assembleias Legislativas, realizado em São Paulo. O Congresso, reunindo representantes dos legislativos de todos os Estados do país, através de suas resoluções, uma preciosa indicação das forças políticas em ascensão no país. Os participantes daquele conclave proclamaram como ponto comum de entendimento entre todos os brasileiros interessados no progresso nacional a realização de uma política de autêntica orientação nacionalista. E, particularizando esta orientação, apoiou a tese vitoriosa do monopólio estatal na exploração do petróleo, a diretiva sobre política atômica traçada pela nota do Conselho de Segurança, de agosto deste ano, e reclamou medidas práticas do governo no sentido de ir transferindo ao controle do Estado a indústria de energia elétrica.

Ao mesmo tempo, o Congresso das Assembleias Legislativas reclamou a plenitude das liberdades constitucionais, a democratização crescente da vida brasileira, considerada não apenas do ponto de vista das franquias constitucionais, mas também do melhoramento do nível de vida das grandes massas populares. Foram solicitadas medidas efetivas em favor do início de uma reforma agrária e para a extensão de nosso comércio exterior a todos os países do mundo.

Enquanto isto, o Presidente Juscelino Kubitschek declarava, em entrevista à imprensa, na Associação Comercial de São Paulo, que seu governo não se afastaria, uma linha, da orientação nacionalista traçada pela lei da Petrobrás e a declaração de agosto sobre política atômica.

Finalmente, temos a destacar o importante discurso pronunciado pelo governador Bias Fortes, de Minas, na Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, dando seu apoio ao movimento em favor de uma reforma agrária.

Não necessitamos insistir na importância desses pronunciamentos, dessas orientações que merecem todos os aplausos e todo apoio. O que vale ressaltar é que essas manifestações correspondem a algumas transformações que se estão processando nas estruturas de nosso país, especialmente em consequência do inegável — e em alguns casos, impetuoso — desenvolvimento industrial. Não resta dúvida que muito tem contribuído para que as forças interessadas neste desenvolvimento tomem consciência dos caminhos a seguir a fim de assegurá-lo, a posição adotada pela vanguarda do proletariado, nos últimos tempos, ajudando — infelizmente não ainda na medida necessária — a estabelecer a unidade de ação em torno dos problemas concretos que surgem em toda parte. Os acontecimentos revelam, portanto, as enormes possibilidades de êxito na luta pelo progresso, a independência nacional e a democracia, se todos passamos a contribuir, através da mais intensa atividade política, para o estabelecimento da unidade de ação e da frente única de todas essas forças imensas cujos interesses se chocam, de um ou outro modo, com a dominação do imperialismo norte-americano em nossa pátria.

## Data Histórica de Nossa Luta Pela Independência Nacional

«FRENTE única dos patriotas e democratas que, em todo o Brasil, se uniram para impedir a fascitização de nossa terra». Assim Prestes caracterizava, em 1945, o movimento da Aliança Nacional Libertadora, culminado com o levante de 27 de novembro de 1935, na capital da República.

Fundada naquele mesmo ano de 1935 a ANL apresentou um programa democrático e patriótico, que visava instaurar no país um regime capaz de dar efetiva liberdade ao povo, entregar a terra aos camponeses e libertar o Brasil das amarras que o prendiam ao imperialismo estrangeiro. Esse Programa encontrou amplo apoio na opinião pública nacional e em torno dele uniram-se brasileiros de diversas tendências — operários, camponeses, intelectuais, militares, comunistas e não comunistas, para a obra de libertar nossa pátria.

O governo de então, porém, fechou a ANL. Na época o

## A FESTA NACIONAL DA IUGOSLAVIA

Os povos da República da Iugoslávia comemoram a 29 de novembro a sua festa nacional.

Há treze anos na cidade de Iace, na Bósnia, no auge da luta contra os invasores fascistas alemães e italianos, os representantes dos povos da Iugoslávia, reunidos na Veche (Assembleia) Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia, proclamaram a criação do Estado democrático federativo iugoslavo, tendo por base a igualdade de direitos das nacionalidades.

A proclamação da república iugoslava é fruto da luta heróica dos povos da Iugoslávia contra o jugo fascista. Nesta luta, desencadeada pelo Partido Comunista, chefiado pelo seu Comitê Central que a essa época já tinha à frente o camarada Iossip Broz Tito, os pa-

triotas iugoslavos não lutaram sós. Os patriotas iugoslavos tiveram como aliados os povos irmãos da poderosa e amiga União Soviética. À medida que o Exército Soviético desferia golpes demolidores contra o inimigo fascista, obtinham novas vitórias as forças patrióticas da Iugoslávia, compostas das unidades do Exército Popular de Libertação e das unidades de guerrilheiros, que se batiam contra inimigos numericamente superiores e paralizavam grande número de divisões fascistas.

A data da proclamação da República da Iugoslávia, cujos povos seguem o seu próprio caminho socialista, representa uma data querida a todos os que lutam contra a revivescência do fascismo, pela paz e a independência nacional.

## RESOLUÇÃO SOBRE O ENVIO DE TROPAS BRASILEIRAS AO EGITO

O envio de tropas brasileiras para o Egito, a fim de integrar um contingente de forças internacionais da ONU, é sumamente prejudicial aos interesses de nosso povo e ao futuro da nação.

É ilegal a decisão da Assembleia Geral da ONU sobre o envio de tropas internacionais ao Egito. Viola a Carta das Nações Unidas que atribui tal decisão ao Conselho de Segurança e não à Assembleia Geral da ONU.

A Inglaterra, França e Israel pretendem, através dessa decisão, alcançar seus objetivos colonialistas, ferindo a soberania do Egito e tentando internacionalizar o Canal de Suez.

Os soldados brasileiros não podem servir de instrumento dos agressores do povo egípcio. A remessa de tropas brasileiras ao estrangeiro abre um precedente perigoso, pois os imperialistas norte-americanos têm feito sucessivas tentativas de envolver nosso país em aventuras guerreiras, a serviço dos grandes monopólios. Podemos ser envolvidos, contra a vontade da nação, num conflito de graves consequências. Concordar com semelhante medida é permissão à própria soberania nacional e a vida de nossos filhos.

Os círculos governantes dos Estados Unidos utilizam o conflito no Oriente Médio e o possível envio de tropas de nosso país para reclamar com redobrada insistência a concessão, em território brasileiro, de bases militares, inclusive

com instalações para o lançamento de projéteis teleguiados. Alertamos o povo contra esta grave ameaça.

O envio de tropas brasileiras ao Egito, além do mais, acarretaria enormes gastos financeiros à nação, que se refletiriam imediatamente num maior agravamento do custo de vida.

O Partido Comunista do Brasil, congratulando-se com todos os patriotas e democratas, forças políticas, organizações de massa e sindicatos que já se pronunciaram contra a remessa de tropas, conclama o povo a lutar contra o envio de nossos soldados para o Egito, a reclamar a imediata retirada das tropas agressoras da Inglaterra, França e Israel do solo egípcio e a exigir o pleno respeito à soberania e à independência da grande nação árabe.

Manifestemos nossa solidariedade ativa ao povo do Egito em sua luta sagrada pela liberdade e a independência da Pátria.

Que o sangue do povo brasileiro não seja derramado numa luta inglória em benefício das potências colonialistas. Os soldados brasileiros não são gendarmes dos monopólios imperialistas!

Novembro, 1956

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

# UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

**ESTAMOS** em face de duas tendências nas discussões que ora se travam entre os comunistas brasileiros. Uma, encara o culto à personalidade como um sistema de métodos e normas que se petrificaram em princípios formais e tenta corrigir os erros daí decorrentes através do exame amplo e livre de orientações e postulados até há pouco considerados dogmas de fé. Outra, opõe-se decididamente a qualquer reavaliação do que julga ser princípios inamovíveis de nosso movimento e considera suficiente o estabelecimento do "método de direção coletiva" para se superarem os erros denunciados.

Essas tendências não são peculiares, apenas, ao nosso país. Elas dominam, atualmente, todo o movimento comunista mundial. E, embora se tenham tornado marcantes após o XX Congresso do PCUS, já se haviam constituído muito antes dele, pelo menos desde o fim da segunda guerra mundial. O choque do Cominform com o Partido Comunista Iugoslavo foi o primeiro embate agudo das duas tendências.

☆

O que, no momento, caracteriza melhor a nova corrente é o esforço no sentido de uma democratização mais efetiva da vida do Partido (e do Estado, onde os partidos comunistas se encontram no Poder), uma posição independente diante do PCUS e, em diversos casos, a rejeição da tese de "nação dirigente" dentro do sistema de países socialistas. Isto, sem qualquer sacrifício do internacionalismo proletário e sim, restabelecendo-o em toda a sua plenitude à base do princípio de igualdade e solidariedade entre os partidos comunistas e o movimento proletário de todos os países.

É natural que esta tendência à democratização tenha de abrir caminho contra a resistência tenaz dos que se apegam às velhas fórmulas e aos velhos métodos, mas, também, procurando afastar de seu roteiro correntes antiprotetárias, derrotadas no passado, e que tentam ressurgir à base do aguçamento da luta do novo contra o velho dentro de nosso movimento. Frequentemente a luta contra o velho processa-se num quadro em que ainda atua o "velhíssimo", já derrotado, mas não de todo extinto. No "Manifesto Comunista", por exemplo, Marx desmascarava o "socialismo feudal" que, lutando como força retrógrada contra o capitalismo, procurava vestir a roupagem do novo — isto é, das reivindicações proletárias — numa desesperada tentativa de puxar para trás o carro da história.

É natural, portanto, que nesta luta de tendências no movimento comunista, os que defendem as novas posições "corram o perigo" de se verem confundidos, diante dos olhos mais desavisados, com os que ainda representam correntes de há muito superadas no seio do proletariado revolucionário. É justamente disto que se aproveitam os defensores das velhas posições para organizar uma resistência contra a renovação, utilizando-se, não de argumentos, mas de imputações gratuitas e despropositadas.

☆

Uma dessas imputações é a de que os defensores da renovação são "intelectuais pequeno-burgueses", enquanto os que procuram conservar o sistema do culto à personalidade constituiriam a vanguarda "proletária" do Partido.

Tudo isto é uma truca inconsistente. Bastaria o projeto de resolução do Comitê Central onde predomina, incontestavelmente, o espírito da nova tendência, embora expresso ainda com timidez, para desfazer a picuinha sem princípio. Evidentemente, há quadros operários e quadros intelectuais numa e noutra orientação. Que o debate, pela imprensa, tenha surgido por iniciativa de intelectuais e com a participação maciça deles, nada mais natural para quem tenha sequer um mínimo de informações sobre a luta de tendências no movimento comunista, não só em nosso país (onde ainda é difícil o desenvolvimento cultural dos quadros operários), mas em todo o mundo. Quem leia, por exemplo, a História do PCUS verificará que todas as lutas de tendências havidas em seu seio, antes da tomada do Poder, foram travadas, na imprensa pelos "escritores do Partido" (assim se chamava Lênin, a si mesmo, em muitas ocasiões). Não poucas vezes, Lênin e os bolcheviques foram acusados, depreciativamente pelos "economistas", justamente de... "intelectuais" preocupados em "fazer política" e estranhos "ao movimento operário".

☆

Não há dúvida que toda tendência no movimento operário tem suas raízes na realidade objetiva, nos grupos sociais atraídos à luta comum. Mas seria ridículo determinar esta vinculação das

## Duas Resoluções, Duas Tendências

João Batista de Lima e Silva

tendências aprioristicamente, não pelo confronto de cada uma das posições e das teses sustentadas com a realidade que vivemos nacional e internacionalmente, mas pela origem social dos que participam do debate. Fosse assim, passaríamos a exigir um atestado de origem proletária para se conceder aos membros do Partido o direito estatutário de participar das discussões. Só o próprio debate, a luta de opinião, poderá determinar o que está de acordo e o que não está de acordo com os interesses da classe operária e do movimento comunista em nosso país.

Mas, nada melhor para exemplificar que, na atual luta de tendências, não se enfrentam simplesmente "os intelectuais pequeno-burgueses" com "os quadros operários" do que duas resoluções, recentemente publicadas, das mais importantes Comitês Regionais. Refiro-me à resolução do Comitê Regional de Piratininga (VOZ OPERÁRIA de 10 do corrente) e a do Comitê Regional do Rio ("Imprensa Popular", 14 do corrente). Se algum desses regionais tem preconceição de quadros operários há de ser o de Piratininga.

Pois bem, o C.R. de Piratininga, depois de chamar todos os militantes à discussão dos problemas políticos e orgânicos, inclusive do Programa e dos Estatutos, assim como da própria conduta política dos dirigentes, anuncia medidas práticas, imediatas, contra a hipertrofia burocrática e que assegurem, realmente, a democratização da vida partidária. Reconhece aos membros do Partido "o direito de livre manifestação de suas opiniões nas reuniões partidárias e através da imprensa, com responsabilidade individual pelos conceitos emitidos, salvaguardada a segurança do Partido".

Para o C.R. de Piratininga a discussão deve ser ampla, livre, democrática, ressaltando, apenas, os problemas de segurança do aparelho partidário.

Já o C.R. do Rio, embora declare que "decidiu empenhar seus esforços na democratização da vida interna do Partido" pretende conservar, sem alterações, o sistema de normas e métodos do qual resultou o fenômeno do culto à personalidade. Não anuncia nenhuma medida prática que assegure, não de palavra, mas concretamente, a democratização da vida interna do Partido. Nada informa sobre a necessidade ou desnecessidade de reduzir a aparelhagem burocrática (onde, como é natural, o apego às velhas fórmulas encontra, sempre, os partidários mais obstinados). E, embora não condene expressamente, não apóia nem estimula o debate aberto das questões suscitadas pelo Projeto de Resolução do C. Central. Muito pelo contrário: a preocupação da resolução do C.R. do Rio é a de como bitolar a discussão e fazer funcionar o "index" dos "ismos" e dos "anti" que estranhouva, no sistema do culto à personalidade, aquele "trabalho independente" de exame "dos fatos, dos documentos, das provas testemunhais" e sem o qual "não se encontrará a verdade em nenhuma questão séria" (Lênin).

O C.R. do Rio levanta-se, desde logo, contra a publicação do que lhe parecem "artigos contrários ao internacionalismo proletário e anti-olviéticos, revisionistas, divisionistas e liquidacionistas, artigos visando à desmoralização do Partido e sua direção".

Era um dever revolucionário do C.R. do Rio, para não desorientar os militantes e não fechar a boca dos mais tímidos, dizer que artigos incorreram em todos esses pecados mortais. Já foram publicados umas duas centenas. Serão todos? Será a maioria? Ou, apenas, um número insignificante?

Pode suceder com alguns companheiros do C.R., em relação ao direito de crítica às direções, o que se dava com o finado general Góes Monteiro: as críticas que lhe eram dirigidas ele as tomava como "insultos ao Exército". Afinal, quais as críticas que desmoralizam e quais as que não desmoralizam os dirigentes?

Também pode suceder que a concepção que têm muitos camaradas do C.R. do Rio de "antivietismo" não se distinga daquela da "Konsomolskaya Pravda" quando acusou, em editorial, um dos livros de Ehrenburg de "propaganda antisoviética" porque apontava corajosamente aspectos negativos da realidade em seus países. Também é possível que muitos camaradas do C.R. do Rio estejam de acordo com a "Pravda", (aliás, como já estivemos todos em relação aos camaradas Iugoslavos) quando, antes da vitória da corrente de

acôrdo com algumas teses, transformadas mecânica e, em princípios do sistema do culto à personalidade, o melhor é ter a coragem de encerrar a discussão.

Quando, num debate, se manifestam posições equivocadas ou prejudiciais o dever dos que consideram os mais firmes marxistas-leninistas, portadores consequentes da ideologia proletária, é lutar na discussão para destruir essas posições. Assim agiam, pelo menos, Marx, Engels e Lênin e todos os marxistas antes da entronização, no movimento comunista, do sistema de "index" e anátemas do culto à personalidade. É verdade que isto obriga a estudar e a pensar, antes de se "baxarem resoluções" ou repetir o que se aprendeu de oitiva. Quem tem segurança em seus pontos de vista não substitui o argumento pelo insulto nem teme a discussão quando ela está em curso.

Por tudo isto, considero esta resolução do C.R. do Rio, até agora, a tentativa mais aberta de manutenção, através de métodos administrativos e burocráticos, dos velhos processos e preconceitos denunciados como essência do culto à personalidade.

Não por acaso o C.R. "extranha" a abertura dos debates "sem o consentimento do Comitê Central" quando, no Projeto de Resolução, o próprio Comitê Central reconhece ter sido "injustificável" e prejudicial o seu longo silêncio sobre as questões suscitadas pelo XX Congresso. Para o C.R. do Rio, penetrado de modelar espírito burocrático, é estranho que haja comunistas interessados em corrigir situações inadmissíveis e prejudiciais quando as direções se omitem ou não demonstram na prática — aqui o caso é o do C.R. do Rio — nenhum interesse em corrigi-las.

Gomulka, na Polônia, considerava "antimarxistas e antileninistas" os que defendiam maior independência do P.O.U.P. em relação ao PCUS. Poucos dias depois a realidade encarregou-se de demonstrar que somente aqueles "antimarxistas e antileninistas" denunciados pelo redator de "Pravda" gozavam da confiança da classe operária e eram capazes de manter na Polónia, sem a tragédia da Hungria, o regime socialista. Enfim, considera o C.R. do Rio liquidacionistas as teses sobre o Partido, defendidas e aplicadas nas condições de seus respectivos países, pelos camaradas Iugoslavos, poloneses, norte-americanos, etc.?

Tudo isto necessita esclarecimento, de parte do C.R. do Rio, para que não se sufoque a liberdade de opinião paspegando-se uma rotulagem subjetiva dos que tenham idéias contrárias às de alguns dirigentes ou idéias que esses dirigentes não conseguem compreender.

Ainda mais. Mesmo quando se esteja em desacôrdo, por exemplo, com a concepção da União dos Comunistas Iugoslavos sobre o caráter e a natureza do internacionalismo proletário ou com a posição do Partido Comunista Sueco diante do problema da Hungria não seria lícito, no curso de uma discussão "livre e democrática" proibir — é isto o que pede o C.R. do Rio — que qualquer militante, que os julgue corretos, defenda esses pontos de vista. Se é para ficarmos, previamente, de

## Disciplina e Unidade, Fatores Principais Para a Vitória

PAULO PIO DA SILVA

1 — O XX Congresso do PCUS foi um acontecimento de grande importância para os povos da URSS e para os povos do mundo, especialmente para os Partidos Comunistas de todos os países. Foram levantadas, discutidas e aprovadas novas teses teóricas que vieram enriquecer o movimento de libertação em todos os países, especialmente nos países que ainda se encontram sob a tutela do imperialismo norte-americano. Vejamos uma das teses levantadas, que foi a luta contra o culto à personalidade (Stalin). O marxismo-leninismo condena o culto ao indivíduo. Portanto, é justo lutar contra este fenômeno mas esta luta deve ser sempre com princípios, nunca esquecendo que o nosso Partido tem uma disciplina e que cada membro deve zelar por esta disciplina. Sem essa disciplina, não podemos realizar as nossas tarefas mais santas do povo brasileiro, especialmente da classe operária.

2 — O XX Congresso do PCUS trouxe novas experiências e nova perspectiva para a luta de libertação nos países semi-colônias, onde a classe operária e o povo se encontram um pouco afastados do poder. Aceito-me a essa levatada no XX Congresso, contida no informe ao camarada Khrushchev, onde ele diz que em determinados países existem condições de irmos ao poder através do parlamentarismo. Acreito mesmo que esta foi uma grande contribuição para as lutas, especialmente para a formação da frente única em defesa da soberania nacional no Brasil, em Portugal, na Espanha, etc. Não podemos querer por exemplo, que nós no Brasil cheguemos ao poder desta forma. Quem pensa assim está completamente voando, julgando ou pensando que o poder venha cair do céu, como chuva ou como neve. É claro que temos tido grandes vitórias, mas isto não significa que tremos ao po-

der sem luta de classes. Estas lutas têm que existir. Se possível for, transformam-se em lutas armadas. Por que? O Brasil é um país semi-colônia, existe um aparato político grande e bem armado, e um país-convate da América Latina para o imperialismo americano. Portanto, o imperialismo não tira o seu dedo tão fácil, conforme pensamos. Por outro lado, existe o sustentáculo interno. Tudo isto são fatores que não nos deixam ir ao poder através do parlamentarismo. Existem países que não têm estas características, como a França, a Itália e outros.

3 — Fazendo uma análise da situação no Brasil e me baseando no projeto de resolução do glorioso Comitê Central do nosso Partido e que me auriu perspectiva para que venha através destas páginas mostrar que alguns artigos não vêm ajudar e nem tampouco fortalecer a unidade e a disciplina no Partido; refiro-me ao artigo do camarada Quintino com o seguinte título: "O Partido não é tudo". Sinto-me prejudicado em não poder esclarecer através destas páginas porque vou prejudicar a formação da Frente Única, porque se trata de um problema tático. Por outro lado, levando o meu protesto pela maneira com que o nosso crítico Siqueira, através do Ponto Pacífico crítica o escritor Otávio Brandão, mancha esta anti-fraternidade, "chacoalhatória". Não observo que ele pertence a uma família tão grande que é a família comunista e que aquela "chacoalhamento" não veio ajudar o Partido e nem esclarecer alguns camaradas.

4 — Passamos a fazer uma análise no caso da contra-revolução na Hungria. A contra-revolução não foi nada mais, nada menos de elementos anti-sociais internos e agentes do im-

perialismo que vêm de muito tempo trabalhando clandestinamente no sentido de implantar o regime fascista (o capitalismo), aproveitando uma deixa por parte dos dirigentes soviéticos que foi a luta pela destalinização. Isto levou aos agentes do imperialismo e mesmo aos amigos do socialismo a botar suas unhas de fóra e ensanguentar o país, levando a União Soviética a intervir com toda justiça no sentido de defender o regime socialista e o povo, especialmente a classe operária, e o camponado das garras da exploração feudal. Os jornais da mídia procuram disvirtuar a mesma mentira para o nosso povo, dizendo que na Hungria existia fome e... miséria, que fez o povo levantar-se contra o regime. Isto não passa de uma casulinha. O nosso jornal IMPRENSA POPULAR, através do artigo de Boris Nicolaevsky, que tem como título "Tranquila do Povo Húngaro", tem o significado de reprodução de matéria como tem publicado os jornais da mídia e no mesmo instante trazer mais confusão entre camaradas menos esclarecidos, especialmente para o povo, e dificultar os nossos trabalhos com as massas.

5 — O essencial agora é vermos a realidade brasileira e lutar pela disciplina dentro do Partido, que está sendo quebrada, é fortalecer a unidade do torno do C. C. do PCB, vermos o caminho mais justo para a libertação do Brasil das garras do imperialismo, da fome e da miséria que estão aniquilando o nosso povo. Marchemos para o V Congresso no sentido de melhorar as nossas atividades políticas do povo.

# Qual a Nossa Posição Diante do Atual Governo?

OSWALDO LESSA

Em meio à confusão em que se processa o debate sobre o curso a personalidade, o Projeto de Resolução do CC do PCB é um documento que, tal como foi encaminhado e proposto, é absolutamente inaceitável sob vários aspectos, por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participam das lutas de nosso povo pela sua sobrevivência.

Entretanto, devemos salutar o fato de, pela primeira vez na história do movimento revolucionário brasileiro, um Partido se só o nosso poder fazê-lo) abrir, como abriu, efetivamente, o livre debate dos problemas teóricos e políticos, concluindo que, só após ouvir todo o Partido, o CC adotará a necessária resolução sobre o problema em debate.

Isto já é falar em linguagem bastante diferente daquela que estávamos acostumados a ouvir de nossos dirigentes, quase sempre ditadas com tal rispidez que saltava à vista sua falta de consistência política e nós, viciados na prática daquele hábito e vaidosos de possuir o dom da «verdade» degenerávamos os quadros do Partido. Como dizia Camões:

«... falta-lhe pincel, faltam-lhe cores,  
..... que as artes criam;  
Culpa dos viciosos sucessores,  
Que degeneram certo, e se desviam  
Do lustre, e do valor dos seus passados,  
Em gostos e vaidades atolados».

(Sem comentários)

Feito este ligeiro intróito, desejaria dar minha opinião sobre uma questão em debate que se me afigura muito importante. Refiro-me ao ponto quatro do Projeto de Resolução no que tange à nossa posição diante do atual Governo.

Em primeiro lugar, creio que todos devem opinar sobre essas questões, não só o Partido (como coloca o Projeto) mas, sobretudo, todas as forças patrióticas que lutam pelo progresso social do país. De uma forma ou de outra é preciso que todos os patriotas opinem (e já estão opinando; vide comemorações do 11 de novembro) independente de suas convicções políticas — operários camponeses — intelectuais — funcionários — bancários — comerciantes — donas de casa — estudantes — a classe média em geral e a burguesia nacional, um vez que se trata de encontrar o caminho brasileiro para a mais ampla democracia, a libertação nacional e o socialismo — sabendo «indicar as transformações que atendem às aspirações de nosso povo e ao progresso do Brasil».

Como indicar essas transformações e «realizar entendimentos e acordos segundo a orientação do Partido» de que fala o Projeto sem auscultar o sentimento nacional ou seja

o pensamento das forças políticas locais?

A política do Partido, segundo Lessa, tem que ser calculada tomando como fatores dezenas de milhões e não apenas a vanguarda e as personalidades ilustres dos diversos partidos políticos. Parece-me, portanto, que essas transformações só se concretizarão, se da sua elaboração participarem as massas de milhões que constituem as forças vivas do país. Essa, a meu ver, a condição essencial para conhecermos de sua justeza. Esse, o «calcanhar de Aquiles» da atual linha política que, por certo, teria obtido maior êxito, se não tivesse sido elaborada exclusivamente pelas «nossas cabeças» sem precisar a realidade objetiva do Brasil. Por isso acho que os comunistas antes de opinar, devem auscultar o sentimento da massa de aliados ou não, da massa sem partido, enfim de todos os patriotas, pois entendendo que não temos o direito de tutelar as massas ditando palavras de ordem por demais avançadas, por vezes copiadas mecânicamente da experiência de outros países. Só assim daremos um golpe fatal no dogmatismo que nos tem causado tantos prejuízos.

Dada a confusão reinante nos debates, opino por que todo o Partido, de BAIXO para cima, inicie o estudo das NOVAS teses, agora, independentemente da convocação do V Congresso.

A apresentação superficial que faz o Projeto de Resolução sobre os 3 pontos propostos e, bem assim, de algumas teses do programa «que merecem um exame crítico e auto-crítico» devem ser aprofundadas, pois longe de afirmar diz unicamente que «é admissível» sem indicar concretamente quais, o que concorre para aumentar a confusão. Advogo a necessidade de apontar, agora, as teses do Programa superadas pelos acontecimentos e a apresentação das NOVAS que surgiram em decorrência da atual correlação de forças, pois não sei como fazer os «entendimentos e acordos segundo a orientação do Partido» se tal orientação não existe.

Dirão alguns que devemos esperar pelo V Congresso, quando na realidade trata-se de uma providência sábia que se enquadra perfeitamente nas normas estatutárias (vide art. 22 dos estatutos) e está intimamente ligada à discussão que ora se processa de BAIXO para cima, pois todos já sentem a necessidade de uma revisão da política geral do Partido em âmbito nacional com a caducidade dos objetivos táticos e estratégicos delineados no Programa o que aliás o próprio CC reconhece. A propósito, devo dizer que li os artigos de Ivan Cunha e M. W. Castro, insertos em V. O. n. 391, com

os quais estou de pleno acordo.

O Programa do Partido atualmente não une, ou melhor, nunca uniu ninguém e só serviu para desunir ainda mais as forças patrióticas e progressistas em torno de suas justas aspirações.

Vejamus por exemplo o seguinte:

Todos sabem que há, atualmente, em nosso país, duas correntes em relação à economia: uma — favorável à aplicação do capital alienígena (estrangeiro) em nossas iniciativas privadas; e a outra a nacionalista, cognominada de «jacobinismo». Ambas subdividem-se e tem ligações políticas com o atual governo. Mas isso não se dá por acaso; «o papel determinante da economia em relação à política» é confirmado por toda a marcha e contra marcha da política econômica e financeira do governo. Diz o Projeto de Resolução que:

«No seio do governo se refletem contradições e choques de interesses acentuando-se porém duas tendências principais — a das forças patrióticas, democráticas e progressistas, ainda agora vitoriosas no terreno da política atômica, e a outra, das forças retrógradas que lutam por impedir qualquer modificação progressista na política externa e interna.»

concluindo por indicar que devemos apoiar o primeiro grupo e combater o último.

O fato é que o Programa do Partido afirma que «o atual governo de latifundiários e grandes capitalistas é um instrumento servil dos imperialistas dos Estados Unidos».

A afirmação do CC de que «devemos apoiar as forças patrióticas, combatendo e desmascarando, ao mesmo tempo, os elementos reacionários que ocupam posições importantes no governo» me parece insuficiente. Acho que devemos distinguir concretamente esses grupos, definindo claramente nossa posição diante do atual governo. Apoiamos ou não esse governo? Eis a questão.

O que temos visto até agora é puro reboque. Nossas posições frente ao monopólio estatal do petróleo, Petrobrás, Eletrobrás, Minerais Atômicos, Ferrovias, etc., estão aí para comprovar essa afirmativa. Há uma proteção injustificável na aplicação da nova política atômica (considerada como vitoriosa no Projeto) e nada fazemos. Estamos na expectativa da NOVA posição do Conselho de Segurança para depois opinar. É lícito dizer que a corrente nacionalista DENTRO e FORA do governo está com a hegemonia política e orgânica do movimento de emancipação nacional, enquanto nós ficamos na expectativa dos acontecimentos. Dirigir não é só estar no leme. Dirigir é, sobretudo, ter a faculdade de saber encaminhar as questões e, enfim, abrir perspectiva ao aliado criticando-o construtivamente. Hegemonia não se impõe — conquista-se.

Não está clara, também, nossa posição frente ao problema da carestia da vida. Em lugar de apontarmos ao governo, honestamente, as causas da crise econômica e financeira do Brasil, reclamamos um congelamento de preços que na atual conjuntura é impossível concretizar-se.

Por que essa instabilidade de preços? — Dentro de 52 países do mundo o Brasil é o que apresenta o maior índice de aumento do custo de vida nos últimos 3 anos! Por que esse saque aos que vivem de salários e vencimentos? — É de interesse da Indústria e do Comércio que a população tenha um saldo à margem de seu orçamento doméstico para comprar uma parte da produção nacional. Quem pode viver nesta terra onde se aumenta imposto sobre tudo que se entende por bens de consumo? Como poderão baixar os preços das utilidades, se se elevam continuamente os tributos sobre bens de produção? — Ai está em cogitação o aumento do imposto de consumo. Por que não se sugere ao governo a melhora do aparelho de arrecadação do imposto direto, como por exemplo, do imposto de renda que vem sendo grandemente negado? — É sabido que o imposto de renda supera os demais impostos, porque o imposto indireto, como o de consumo, grava todas as classes sociais, enquanto o imposto direto grava a pessoa física ou jurídica pelo montante de sua renda. Não seria lícito propormos ao governo a criação de um PLANO RURAL com a organização de cooperativas de produção e de consumo, estas últimas sob o controle dos SINDICATOS e das ASSOCIAÇÕES DE CLASSE em colaboração estreita com a COFAP, ao em vez de ficarmos em formulações gerais como reforma agrária? — A salvação do Brasil está no campo, portanto, o governo deveria voltar sua atenção para os produtos que podem representar os melhores ganhos nominais nacionais.

Não há quem não saiba que o Brasil depende do café para sobreviver, o café. Sabido que o país depende do café para sobreviver, o nosso governo não poderia adotar a política de procura de novos mercados de consumo para o produto brasileiro, fazendo o mesmo em relação ao cacau, algodão, etc.?

Como vemos, a alta do custo de vida é, por sua vez, reflexo da política comercial externa do país. É que temos mantido a política do comércio exterior deficitária, à custa da desvalorização da moeda, da desvalorização do câmbio, em favor de grupos políticos e econômicos. Está claro que os monopólios norte-americanos intensificam sua ofensiva com o fim de descarregar sobre nosso povo o peso da crise econômica.

Dirão alguns que estou exagerando, que, afinal houve um desenvolvimento espantoso do Brasil nos últimos 15 anos — já possuímos um grande parque industrial — Volta Redonda — a Petrobrás — iniciamos Três Marias etc. etc. Devemos nos orgulharmos sem dúvida dessas obras, mas não seria o caso de, (sem nos colocarmos contra a industrialização) pois só com ela sairemos do primarismo agrícola) alertarmos o governo para o perigo da industrialização SEM MEDIDA? — Como sabemos, a industrialização EM EXCESSO é perigosa porque produz um desequilíbrio entre o campo e a cidade, com o afluxo dos aglomerados humanos do interior para as cidades, provocando o aumento da produção industrial e a diminuição da produção agrícola, como as estatísticas estão revelando.

O Brasil possui todos os requisitos para proporcionar ao nosso povo uma vida melhor; basta colocá-lo numa posição de país soberano REABRINDO seus portos. Não há como fugir à necessidade objetiva de reatarmos relações comerciais com os países do campo socialista.

Ante esse resumido quadro, cumpre indagar: será justa a formulação do Projeto de Resolução acima referido? (CONCLUI NA 8.ª PAGINA)

## Inaturalidade do "Núcleo Dirigente"

OSWALDO PERALVA

Nos debates em curso sobre as anomalias no Partido, pôs-se em destaque a questão do «centralismo excessivo», abordada no Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB. Qualquer tentativa séria de corrigir esse erro tem que partir da localização do organismo centralizador, do agente dessa excessiva centralização. Embalde se buscará no Estatuto: não é o Secretariado do CC, que tem a função de aplicar as resoluções do Presidium; não é o Presidium, por sua vez executor das decisões de outro organismo, o CC, a quem informa sobre a atividade do Partido. É assim por diante. Além disso, o Secretariado e o Presidium sofrem com relativa frequência modificações em sua composição, ao passo que o órgão centralizador permanece sempre o mesmo ou se modifica muito raramente. Esse órgão é o chamado núcleo dirigente, composto de uns tantos camaradas, ao qual se subordinam, na prática não só o Secretariado e o Presidium, como o próprio Comitê Central.

Os documentos auto-críticos de diversos partidos comunistas, tornados públicos em relação com o combate ao culto à personalidade, indicam que essas são as características mais comuns ao núcleo dirigente. Daí a primeira conclusão: o órgão centralizador existe fora e acima do Estatuto, portanto fora e acima do Partido, como um corpo estranho, clandestino em relação ao próprio Partido e à sua direção. Por isso, viola o Estatuto, pois sua existência mesma já representa uma infração; estabelece duas disciplinas, uma para si e outra para os demais membros; atenta contra a unidade do Partido, pois se destaca como uma fração que a ele se sobrepõe.

Uma breve pesquisa na «História do Partido Comunista da União Soviética» e em algumas obras de Stálin me vão persuadindo da justeza de uma observação do camarada Aydano do Couto Ferraz segundo a qual o «núcleo dirigente» trae a marca do stalinismo. Stalinismo, em todos os sentidos — pela tendência ditatorial que encerra, como aproximação de dire-

ção unipessoal; pela inércia que lhe é inerente e o leva a insistir na sua própria existência, sem ver o novo que a condena.

Digo isso porque vou até a admitir a necessidade do aparecimento e atuação de um núcleo dirigente, em condições excepcionais da vida partidária. É possível mesmo que ele seja decisivo para salvar uma situação, impulsionar o avanço do movimento, salvaguardar uma organização ou seus princípios. Mas desde que as coisas se normalizem, a presença do núcleo dirigente se converte de motor em freio, de elemento positivo em negativo. Nesse caso seu último ato meritório é auto-dissolver-se, compreendendo que «se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto», como dizia, com muito tino, um famoso personagem bíblico. Porque uma das maiores tragédias do movimento comunista, especialmente de Stálin, foi não ter notado oportunamente, em várias e importantes circunstâncias, o surgimento do novo e em não o haver ajudado a vencer e enterrar o velho.

Penso que em nosso Partido o aparecimento e consolidação de um núcleo dirigente teve causas reais, e não podemos recusar-lhe os méritos que soube granjear ao longo de muitos anos de lutas difíceis. Refiro-me particularmente ao período seguinte às quedas de 1940, encontrando-se ainda na prisão o camarada Prestes e outros dirigentes revolucionários, com o Partido dizimado pela feroz reação policial, num ambiente internacional de avanço das forças fascistas.

Na batalha surda pela rearticulação e sobrevivência do Partido, combatendo em duas frentes — contra a perseguição policial, de um lado, e, de outro, contra os erros de um influente grupo de camaradas, partidários do liquidacionismo — foi-se formando o núcleo dirigente. Em meio a erros que também cometeu, aliás inevitavelmente, esse núcleo em formação de-

fendeu com êxito a existência do Partido, rearticulou-se em âmbito nacional inspirou e orientou grandes campanhas patrióticas de massa, com resultados extraordinariamente positivos.

No período da legalidade, quando formas de luta inteiramente novas se impuseram ao Partido em processo de rápido crescimento, foi ainda esse núcleo dirigente, já encabeçado pelo camarada Prestes, que teve o mérito de organizar nossas próprias fileiras, dirigir a luta eleitoral e parlamentar, para em seguida comandar a retirada em ordem, sob os golpes da reação, para as posições da clandestinidade a que tinha sido compelido o Partido em 1947 defendendo ao mesmo tempo o máximo de posições legais.

A partir de 1951, o núcleo dirigente empreendeu um notável trabalho de educação, através de diferentes cursos ministrados em toda uma rede de escolas. E chegou à elaboração do Programa, elavado de defeitos e erros, mas que foi um passo à frente na marcha histórica que realizam os comunistas brasileiros.

Entretanto, exatamente nos últimos anos, quando já se haviam formado numerosos quadros dirigentes, quando a unidade ideológica do Partido ia adquirindo forma, graças à difusão e assimilação dos princípios básicos do marxismo-leninismo, quando, enfim, o Partido em seu conjunto já tinha saído da infância e exigia mais liberdade de movimento e pensamento aí foi que se fez mais sentir o excessivo centralismo do núcleo dirigente, que concentrava em suas mãos toda a atividade do Partido. O núcleo era como um cofre em que se guardasse todo o tesouro da sabedoria marxista.

É que seus componentes, empenhados em forjar-se à imagem e semelhança de Stálin (a quem o culto à personalidade atribua dons de onisciência), queriam abarcar o mundo com os braços, de modo que qual-

quer dito de certa importância tivesse sempre a marca de suas impressões digitais. Vai ouvir-nham grandes prejuízos, porque ninguém mais se atreva a tomar qualquer iniciativa sem antes apelar para a graça de uma indicação, uma palavra que fosse do núcleo dirigente, recebida como um axioma e um dogma. Isso contribuía para a auto-suficiência do núcleo, que se sentia no dever de saber tudo, e para inutilizar a faculdade de pensar dos militantes, que não tinham o direito de saber nada.

Assim, vinha o Partido funcionando pela aversão, tendo seu centro de gravidade não nas células, mas no núcleo dirigente. A organização de base de uma fábrica estava mais voltada para o organismo superior do que para os operários, pois o organismo superior era o degrau imediato de uma escada que trazia até à célula as idéias subjetivas do núcleo dirigente. Cortavam-se as amarras diretas do Partido com as massas. O processo do conhecimento, que leva da prática à teoria, confirmando-se ou corrigindo-se, de volta, na prática, era invertido. Daí grande número de erros que se chocavam com o simples senso comum. Em suma, o núcleo dirigente converteu-se na mais rotunda negação da direção coletiva.

Nesse ambiente, floresceram o carreirismo, a covardia política, a autoflagelação, a lisonja, a intriga e outros defeitos comuns na sociedade em que vivemos, mas que jamais deveriam encontrar clima nas fileiras de um Partido como o nosso, dedicado até ao sacrifício às causas mais nobres do povo. Diante de tudo isso, penso que é imprescindível elevar cada vez mais o nível de nosso debate, e nossa crítica e auto-crítica, buscando e corrigindo medidas práticas para esses males, que são produto de todo um sistema, e não resultado dos defeitos pessoais de A ou B — que existem e devem ser levados em conta mas a que não podemos atribuir papel predominante, se quisermos libertar-nos desse círculo vicioso do culto à personalidade.



# VOZ OPERÁRIA

## Maior Produção Não Se Consegue Com Ameaças

Acusação Injusta do Gerente de Uma Tecelagem do Cabo a Operários — Faleceu o Assalariado Vítima da Exploração na Usina Santo Inácio



## A USINA CAMBAIBA ALUGA 80 VEZES O MESMO SALÁRIO

**C**AMPUS, RJ (Do Correspondente) — Na usina Cambaiba, do sr. Luis Guaraná, existe um velho casarão, semelhante a uma senzala, no qual dormem 80 trabalhadores amontoados num grande salão. Não existem camas e nem as menores condições de higiene. Para dormir nesse salão, os trabalhadores pagam 27 por cento do seu salário, que são descontados pela direção. Essa porcentagem atinge até Cr\$ 1.500,00 em alguns casos. Com essa manobra desonesta, a usina arrecada quase ..... Cr\$ 100.000,00 mensais de aluguel do salão!

### ATRASO DE PAGAMENTO

Desde o último mês de agosto que não há pagamento na usina. Um dos meios utilizados pelos trabalhadores para enfrentar as dificuldades foi plantar pequenas hortas, legumes, milho, feijão, alpin e até bananeiras nas áreas de terra formadas na beira de um valão aberto por uma draga do Serviço de Saneamento e Obras Públicas do Estado. Entretanto, certo dia chegou uma ordem do sr. Guaraná: é para arrancar tudo daí, que a usina vai plantar cana nessas terras. Os operários ficaram sem as hortas e ainda tomaram prejuízo.

Além dessas coisas, ainda existe na usina a farmácia do sr. Rangel, que cobra preços caríssimos pelos remédios de que necessitam os trabalhadores. Não há preços fixos e o dono cobra quanto quer.

Contra esses e outros fatos, alguns trabalhadores argumentam que é necessário que todos eles lutem juntos e criem sua organização, para melhor defenderem seus direitos.

### VÍTIMA DA EXPLORAÇÃO

"Há 14 anos o trabalhador Antônio dos Santos era empregado no engenho Agudai, de propriedade da usina Santo Inácio. Forçado pela carestia da vida e o mingaço do salário, era obrigado a desdobrar-se em trabalhos durante dias e noites, enchendo carros de cana. Recentemente, estando cansado e sonolento, deitou-se de baixo do carro, que estava parado, e pegou no sono. O ajudante do tratorista, então, indo fazer a manobra do carro com o trator, não viu e uma das rodas do carro cortou-lhe a perna direita. Das 11 às 14 horas o trabalhador permaneceu sem socorro, e quando era conduzido para o hospital do Cabo, faleceu às 16 horas, não suportando os sofrimentos.

Diante dessa tragédia que enlutou o lar da família de Antônio dos Santos, o gerente da usina Santo Inácio passou a levantar várias calúnias contra o extinto, visando com isso não conceder nenhuma indenização ou auxílio aos seus familiares. Tal procedimento é indigno e tem provocado revolta de todos que dele tem conhecimento".

### Sindicatos Rurais de Urupês e Altinópolis

RECEBEMOS comunicação relativa às assembleias de fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais de Urupês e Altinópolis, no Estado de São Paulo, a primeira destinada a pedir o reconhecimento do sindicato e a de Altinópolis, a fundar oficialmente a entidade de classe.

### ASSEMBLÉIA DOS EMPREGADOS RURAIS DE TABATINGA (S.P.)

**T**ABATINGA, SP (Do correspondente) — Realizou no dia 4 do corrente a assembleia para pedido de reconhecimento do Sindicato dos Empregados Rurais de Tabatinga. Participaram do ato cerca de 400 colonos, sendo que o quadro social da entidade já conta com mais de 800 sócios — número que continua crescendo. Distúrbios no encerramento da sessão e representantes da ULTAB, sr. Sebastião Dinart dos Santos, e o dos ferroviários da zona de Tabatinga, sr. Antônio Gulla.

## MANIFESTO ANTIGOLPISTA

**P**OCOS DE CALDAS, MG (Do correspondente) — A Associação dos Trabalhadores em Construção Civil desta cidade distribuiu um manifesto, assinado por seu presidente, sr. João Gianini Pereira, alertando o povo contra as manobras golpistas e clamando-o à união de na defesa das liberdades democráticas.

Após referir-se aos diversos manejos dos golpistas, os trabalhadores de e l a r a m que não permitirão qualquer atentado à democracia e à liberdade e alertamos o povo para manter-se vigilante e firme, para derrotar e esmagar qualquer tentativa de golpe anti-democrático dos que conspiram contra os interesses do Brasil.

### Apoiar-se no povo

"Lançamos um apêlo ao governo — prossegue o documento — para que confie e se apoie no povo e que na defesa da Constituição mantenha cada vez mais as amplas garantias democráticas, sindicais e a liberdade de imprensa, clima em que podemos desenvolver livremente a união viva de todo o povo, clima que não permitirá vicejar os golpistas e conspiradores".

Finalizando, o manifesto conclama os trabalhadores a se unirem e mobilizarem em suas organizações e que exortem o governo a tomar medidas que assegurem as franquias democráticas, para que

o Brasil possa seguir com firmeza no caminho do progresso e bem-estars.

## VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 - Tel. 42-7344

### ASSINATURAS:

Anual .....	100,00
Semestral .....	60,00
Trimestral .....	30,00
Núm. avulso .....	2,00
Núm. atrasado .....	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte .....	2,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios .....	4,00
Outros Estados ....	3,00
M. Gerais .....	2,50

### SUCURSAIS:

- SAO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 28. 2º and. — Tel. 37-4983
- PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.
- RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326
- FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03
- SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias s/ 203 (Calçada)
- JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4. Enderéço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

## VOZPÉRIA

### Falecimento

**O** CORREU no dia 7 de novembro, em Pôrto Alegre, o falecimento do sr. José Lourenço Ribeiro, aos 77 anos de idade. O extinto, que era pai do agente da VOZ OPERÁRIA no pôrto, sr. Bento Danusceño Ribeiro, foi antigo mineiro das Minas dos Batos, ativo militante das lutas operárias e dedicado amigo da imprensa popular.

**D**O correspondente da VOZ no Cabo (Pernambuco), recebemos: "O sr. Carlos Divórcio, gerente do S. C. B. B., advertiu recentemente a vários operários da seção de tecelagem que os mesmos estavam "demonstrando falta de vontade de trabalhar" e "sabotando a produção" e que dessa maneira não faziam jus ao salário-mínimo que recebiam. Entretanto, não é isso que acontece. Os operários têm

interessa em produzir o que lhes assegure melhores condições de vida, um pouco mais de dinheiro para fazerem frente à carestia de vida. Ocorre é que existem máquinas com defeitos ou com falta de peças. As vezes alguns contramestres são obrigados — para não deixar o trabalho paralizar — a utilizar lançadeiras de máquinas de mola em máquinas de esbarrador; existem também lançadeiras novas com defeitos (ferpas ou pequenas aberturas) que arrebentam o fio até 10 vezes por dia (em cada parada, o operário gasta uns 20 minutos, com a máquina parada, emendando os fios). Muitas dessas coisas ocorrem devido à falta de interesse do mestre da tecelagem, sr. Salgado, que passa dias sem ir lá. Várias vezes as tecelãs procuram-no para pedir uma providência e ele não está. E corrigindo essas coisas que a administração conseguirá mais produção, e não ameaçando os operários".

## A Luta Pela Reforma Agrária

NAZARENO CIAVATTA

A luta pela reforma agrária no Brasil não está sendo fácil. A meu ver, nós não devemos nos limitar a ficar eternamente fazendo críticas. A crítica também tem seus limites. Estamos há mais de dois anos do lançamento da campanha pela reforma agrária, mas as condições de miséria das massas camponesas no país não melhoraram, apesar de nossa luta e da luta dos camponeses. E temos um ditado que diz: o mal que não melhora cada dia piora.

A luta pela reforma agrária no Brasil, no meu modo de pensar, deve ser entrosada com o combate ao alto custo da vida e deve ser travada juntamente com a classe operária. Pois se levantarmos a luta pela reforma a-

grária somente, não encontraremos apoio das massas camponesas. E não encontramos porque 93% dos camponeses têm reivindicações imediatas a satisfazer, como o pagamento do trato de mil pés de café de acordo com o salário-mínimo, pagamento das férias, horas extras, indenização por despedida injusta, aviso prévio, etc.. Essas reivindicações são inadiáveis e mais fáceis e é assim que os camponeses querem. Naturalmente que, vencida essa etapa, as massas camponesas estarão amadurecidas para se lançarem na luta pela reforma agrária. Posso dar um exemplo. Um companheiro foi à fazenda Barreiro fazer uma palestra sobre a reforma agrária e

um colono pediu a ele que lhe explicasse como retirar uma égua que a Fazenda Guataparã lhe havia tomado, por conta de uma dívida de 950 cruzelros. O colono insistiu na resposta e o companheiro acabou se aborrecendo e dizendo: «uma égua é mais, uma égua a menos é a mesma coisa.» Isso foi o bastante para os colonos presentes se desinteressarem da palestra sobre a reforma agrária. Ora, se nós somos incapazes de levar os camponeses à luta para que os mesmos adquiram animais, salário-mínimo e demais direitos trabalhistas, como vamos conseguir forças para levar os camponeses a lutar pela terra?

A luta pelas férias, pela extensão ou aplicação dos direitos trabalhistas ao trabalhador do campo poderá culminar com a luta pela reforma agrária, porque os latifundiários não suportam a luta dos colonos e assalariados agrícolas, que diminui seus lucros. Isso despertará os camponeses para a luta contra o latifúndio e consequentemente teremos a reforma agrária mais depressa. A reforma agrária no Brasil deve ser feita com a participação da classe operária, nos parlamentos, etc.

Na própria Constituição se garante ao governo o direito de desapropriar terras, com indenização. Compete à classe operária lutar, também, pela desapropriação das terras e sua entrega aos camponeses. Estes têm que lutar, agora, pelo aumento dos salários e a extensão do campo de benefícios e melhorias.

O alto custo da vida tem como causa a falta de produção agrícola, que é pequena e distante dos grandes centros consumidores, pois as terras próximas dos centros estão nas mãos dos latifundiários. A classe operária é interessada em que esse problema seja resolvido. Por isso deve promover comícios pela reforma agrária. Isso vale mais do que ficar toda a vida a gritar contra os tubarões; o povo já sabe que o alto custo da vida não se resolve sem medidas de reforma agrária e por isso deve lutar por essas medidas. Ribeirão Preto, São Paulo, novembro de 1956.

## GREVE NOS CARRIS DE JUIZ DE FORA

**JUIZ DE FORA, MG** (Do correspondente) — Realizou-se recentemente nesta cidade uma greve dos trabalhadores em carris urbanos, em protesto contra a suspensão de um condutor e exigindo providências do Departamento Autônomo de Bondes contra um fiscal que persegue os condutores e anota nas cartelas um número de passageiros superior ao real.

A greve, que durou quase sete horas, foi deflagrada porque, após um incidente entre um condutor e o fiscal, o D. A. B. suspendeu o primeiro e não puniu o segundo. O sindicato permaneceu em assembleia permanente e, com a ajuda do prefeito, logrou um acordo segundo o qual o condutor voltaria ao trabalho, o D. A. B. estudaria a situação do fiscal e comunicaria ao sindicato sua decisão, e os grevistas voltariam ao trabalho sem perder as horas em que ficaram parados.

## QUAL A NOSSA POSIÇÃO...

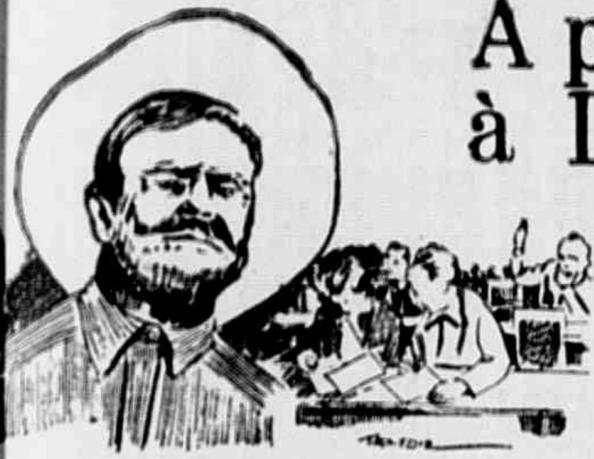
(CONCLUSÃO DA 7ª PAGINA)  
tese, como se vê, é controversa. Os que vivem de salários e vencimentos não compreendem o Estado RICO e o povo POBRE, nem tão pouco a política do governo de dar com uma mão e retirar com a outra à guisa de equilibrar seu orçamento.

Confesso que meus limitados conhecimentos de economia política não me autorizam tirar conclusões desse retrato da situação nacional. Com a palavra, pois, nossos economistas que de certo estão estudando a realidade econômica do Brasil. Quería, apenas, chamar a atenção para o fato de que esse estado de espírito das massas vem sendo muito explorado pelos golpistas que procuram atingir lenha na fogueira da insatisfação popular.

Desculpem a franqueza, mas, a meu ver, não causa as causas da crise econômica e financeira do Brasil que o governo terá que enfrentar, se quiser merecer o apoio das classes trabalhadoras.

(Rio. D. F.)

# Apoio do Governo Mineiro à Luta Pela Reforma Agrária



REALIZOU-SE EM BELO HORIZONTE A CONFERÊNCIA DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE MINAS — IMPORTANTES QUESTÕES DISCUTIDAS

☆ — PRINCIPAIS RESOLUÇÕES ☆

— "SABEIS que estou solidário com o vosso movimento, que procura transpor os obstáculos ainda opostos à plena posse da terra pelos que nela

mourejam." Estas são palavras do governador mineiro Bina Fortes, na instalação da Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de

Minas, realizada em Belo Horizonte nos dias 14 e 15 do corrente. "Contei com a minha adesão a essa campanha de reivindicação específica" — acrescentou, referindo-se à luta por medidas de reforma agrária.

O governador do Estado presidiu a Conferência, à qual compareceram, também, o secretário da Agricultura, dr. Alvaro Marcello, o bispo D. Geraldo Moraes Penido, representante do Arcebispo de Belo Horizonte, deputados e outras personalidades. No encerramento do conclave o dr. Alvaro Marcello, falando em nome do governador Bina Fortes, renovou o apelo que este fizera, na sessão inaugural, pela união dos que vivem e mourejam na terra em prol de soluções efetivas para os seus problemas e do progresso de Minas Gerais. A Conferência encerrou-se com uma missa em ação de graças.

respondentes, que se acausaram nos municípios do interior iam na Secretaria da Agricultura, muitos dos quais desapareceram.

A exigência de medidas de reforma agrária foi o centro da Conferência. Sobre o problema falaram quase todos os oradores. O discurso do governador mostrou a disposição do governo de enfrentar aquelas medidas, consideradas por ele indispensáveis à garantia do progresso do Estado. No mesmo sentido pronunciou-se o secretário da Agricultura do Estado e os representantes da Igreja presentes ao conclave. A luta por medidas de reforma agrária está sendo encarada com entusiasmo pelos lavradores e trabalhadores agrícolas que participaram da Conferência ou de sua preparação.

Mais de uma centena e meia de delegados foram eleitos à Conferência, em número mineiro. As reuniões preparatórias realizaram-se à base de um ternário que — o que constitui importante experiência — levantava problemas que interessavam às mais amplas camadas do campo, inclusive os fazendeiros ricos.

Entre os problemas discutidos pelos camponeses figuram não somente as reivindicações específicas dos trabalhadores agrícolas e pequenos lavradores, como as questões relativas à distribuição dos ágio, imposto territorial, escoamento das safras, preços mínimos, manejo de máquinas agrícolas e cooperativismo, etc.

## DELEGAÇÕES DO INTERIOR

Representantes eleitos em vários municípios do interior do Estado participaram da Conferência, que fundou a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas. A nova entidade recebeu, desde logo, apoio das autoridades, que solicitaram sua colaboração para que se encontrem soluções aos problemas do trabalhador rural e do lavrador mineiro. Os representantes de várias regiões, especialmente do Triângulo, apresentaram suas reivindicações específicas, pelas quais lutarão. Entre as reivindicações de maior interesse destacam-se as seguintes:

- 1) — livre organização dos trabalhadores e camponeses, livre funcionamento de suas associações;
- 2) — medidas de reforma agrária, que permitam aos camponeses a posse da terra e que sejam acompanhadas de providências capazes de ajudá-los a lavar e cultivar;
- 3) — postos de máquinas do Ministério da Agricultura em alguns municípios; uma conferência preparatória de camponeses do Triângulo aprovou a resolução de defender esta medida; os postos alugariam aos lavradores as máquinas, a preços compensadores;
- 4) — crédito agrícola para os pequenos lavradores, inclusive os parceiros e pequenos sítiantes; atualmente — denunciaram oradores na Conferência — o crédito jamais atinge os pequenos, que ficam submetidos ao financiamento em bases escorchantes, concedido pelos grandes fazendeiros, quando estes e concênem;
- 5) — medidas para garantir a permanência e o fornecimento de títulos de propriedade, aos posseiros; entre estas medidas exigiu-se o despacho dos processos es-

## Roberto MORENA

mais 6 membros. Três desses, serão indicados pelos segurados e três pelos empregadores.

O CSRPS divide-se em três câmaras compor as cada uma de cinco membros: três técnicos e um representante dos segurados e outro dos empregadores.

O projeto man em o Serviço Atuarial, com legislação própria e a assistência de um Conselho Atuarial órgão de deliberação coletiva. Cria o Conselho Médico da Previdência Social (CMPS) sob a presidência do consultor médico da Previdência, para acompanhar a prescrição dos serviços da previdência social, sugerindo as medidas necessárias ao seu bom funcionamento e representando sobre as irregularidades porventura verificadas, entre outras funções.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões serão administrados por um presidente nomeado em comissão pelo Presidente da República, com a participação de um Conselho de Administração (CA). Este compor-se-á de 8 membros: 4 diretores do Departamento do IAP designados, em comissão, pelo Ministro do Trabalho, 2 representantes dos segurados e 2 representantes dos empregadores, eleitos pelos sindicatos correspondentes com mandato de 4 anos. Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições: fixar as diretrizes político-administrativas da Instituição dentro do planejamento e da orientação geral estabelecida pelo DNPS e deliberar sobre as normas gerais dos serviços do Instituto.

Junto a cada IAP funcionará um Conselho Fiscal, que em estreita colaboração com o DNPS, se encarregará do controle da instituição. Será composto de 8 membros, sendo 4 dos empregadores e 4 de livre escolha do governo. 2 indicados pelo Conselho Federal dos segurados, com mandatos idênticos aos do C.A. Sua principal missão é acompanhar a execução orçamentária, verificar as contas da instituição, fazer o levantamento dos balanços normais e encaminhar até o dia 15 de março de cada ano, ao DNPS,

com o seu parecer, o relatório da instituição. Pode, ainda, julgar recursos das delegações em matéria de contribuição e multas. Em cada delegação de IAP haverá uma Junta de Julgamento e Revisão (J.J.R.), presidida pelo delegado da instituição correspondente, e integrada por mais 2 a 4 membros, segundo classificação fixada pelo DNPS. Esses membros serão eleitos proporcionalmente, pelos segurados e empregadores.

## BUROCRATIZAÇÃO

As instituições de previdência social serão dirigidas, se vitorioso o projeto, por uma maioria de técnicos ou funcionários indicados pelo governo. Além disso, a estrutura proposta aumenta o número de órgãos burocráticos, tornando mais complexa a maquinaria administrativa e encarecendo-a extraordinariamente.

## O GOVERNO NÃO OUVIU OS TRABALHADORES

O governo não atendeu às sugestões dos trabalhadores, os quais, por intermédio de seus dirigentes, demonstraram que, da forma como concluiu a Comissão nomeada pelo Decreto 39.206 de 22 de maio de 1956, as instituições de previdência social não se fivriaram da burocracia e das disputas políticas que as corroem. Agora cabe-nos levar ao cações que, em linhas gerais, foram propostas ao governo pelos representantes dos trabalhadores. Foram elas: direção colegiada e de proporções iguais, isto é, de representantes, em porções iguais, do governo, dos empregados (segurados) e dos empregadores. Os presidentes dos institutos devem ser, apenas, executores.

## PAPEL DOS SINDICATOS

A batalha pela renovação da previdência social atinge, agora, seu momento decisivo. Os sindicatos não devem perder a oportunidade de examinar com atenção e rapidez o projeto em pauta no Parlamento. Agora é que se podem pôr em execução as decisões dos vários congressos regionais de Previdência Social e do I Congresso Nacional, cujas resoluções ficaram esquecidas.

# Maior Peso Burocrático no Projeto De Reforma da Previdência Social

O GOVERNO NÃO LEVOU EM CONTA AS SUGESTÕES DOS TRABALHADORES — MAIORIA DE FUNCIONÁRIOS DE ESCOLHA EXCLUSIVA DO GOVERNO NOS ÓRGÃOS DIRIGENTES DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA — DEVEM PRONUNCIAR-SE OS SINDICATOS

No dia 1º de novembro o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que dispõe sobre estrutura administrativa da Previdência Social e de outras providências.

O referido projeto de lei foi elaborado por uma comissão, criada pelo Decreto nº 39.206 de 22 de maio de 1956, sob a presidência do Ministro do Trabalho. Compõe-se de 80 artigos e numerosos parágrafos.

## O PROJETO

O projeto divide-se em vários capítulos.

Capítulo I: — Trata dos órgãos de orientação e controle, com as seguintes seções: Seção I — Do Departamento Nacional da Previdência Social; Seção II: Do Conselho Superior de Recursos da Previdência Social; Seção III: Do Serviço Atuarial; Seção IV: Do Conselho Médico da Previdência Social; Seção V: Disposições Diversas

Capítulo II — Trata das instituições de previdência social. Tem as seguintes seções: Seção I: Dos Institutos de Aposentadoria e Pensões; Seção II: Do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado; Seção III — Do Serviço de Alimentação da Previdência Social; Seção IV: Do Instituto da Casa Popular; Seção V — Disposições comuns às instituições.

Capítulo III: — Trata da assistência médica. O capítulo IV, do critério da administração da previdência social, e o V, da contribuição da União, e o VI das disposições gerais e transitórias.

## ÓRGÃO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE

O projeto propõe os seguintes órgãos de orientação e controle da administração ou jurisdicional: Departamento Nacional da Previdência Social (DNPS); Conselho Superior de Recursos da Previdência Social (CSRPS); Serviço Atuarial (SAT); Conselho Médico da Previdência Social (CMPS).

São estabelecidos, ainda, os seguintes órgãos de administração genérica das instituições de previdência social: Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP); Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IAS); Instituto Social (ISAPS) e Instituto da Casa Popular (ICP).

A atual Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (fusão das atuais dos ferroviários, serviços públicos e telecomunicações: CAPFESP) passa a ser denominado Instituto, regendo-se com a legislação em vigor. O Parlamento téda as modifi-

Como se pode deduzir das notas acima, o projeto mantém todos os órgãos a uas e até aumenta e amplia suas funções. A manutenção do DNPS é sem dúvida alguma, a submissão das instituições de previdência social, ao MTIC. Ao DNPS, como órgão a ele ligado, compete: «Planejar, orientar e coordenar em todo o território nacional a administração da previdência social, expedindo normas gerais para esse fim e resolvendo as dúvidas que forem suscitadas na aplicação das leis e regulamentos» (Parágrafo I do Artigo II, do projeto de lei).

Além dessas atribuições o DNPS procederá o registro dos balanços, referendará as contas dos Conselhos Fiscais das instituições de previdência, administrará o Fundo Único da Previdência Social, expedirá normas para o processamento das eleições destinadas à constituição dos Conselhos Administrativos e Fiscais e das juntas de julgamento e pensões, etc

Segundo o projeto, o DNPS terá um diretor geral, assistido por um Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e com a colaboração de um Conselho Consultivo. O CTA presidido pelo diretor geral do DNPS com direito a voto de desempate, compor-se-á de oito membros: 4 de nomeação do governo e 4 representando os segurados (2) e os empregadores (2), eleitos pelos órgãos de representação. Como se pode deduzir, o DNPS órgão governamental, ficará segundo o projeto com a maior e mais absoluta autoridade nas instituições de previdência social.

## O CONSELHO SUPERIOR DE PREVIDENCIA

O Conselho Superior de Recursos da Previdência Social (CSRPS) será constituído de 16 membros, com mandato de 4 anos: um presidente nomeado pelo presidente da República, 2 pelo Serviço Atuarial, 1 pelo Conselho Federal de Medicina e 1 pela Associação Médica Brasileira) e

## O PROJETO SOBRE O TRABALHO RURAL

COM apenas sete votos contrários foi aprovado, na Câmara Federal, o regime de urgência para o projeto sobre o trabalho rural que, assim, terá no Palácio Tiradentes uma tramitação rápida. Espera-se a aprovação do projeto, pelo menos em suas linhas essenciais. Tudo indica, porém, que alguns deputados, especialmente alguns membros do chamado "bloco ruralista", apresentarão emendas, visando retirar do mesmo importantes vantagens asseguradas aos trabalhadores do campo. A recente assembleia geral da Confederação Rural Brasileira decidiu determinar à CRB que estude a matéria e procure "melhorar" o projeto — naturalmente em benefício dos latifundiários. Como tem demonstrado a experiência, a situação dos interessados na aprovação das vantagens do projeto poderá contribuir, decisivamente, para que sejam aprovadas.

## CONFERÊNCIA DE LAVRADORES DO ESPÍRITO SANTO

REUNISE-SE a 21 e 22 do corrente, em Vitória, a Conferência dos Lavradores do Espírito Santo. Entre outros os delegados de numerosos municípios. Uma conferência preparatória realizada em São Bernardo escolheu 24 delegados mais de uma centena de representantes de Cooperativas irão ao conclave de Vitória. Espera-se também uma numerosa delegação de Colatina, onde foi escolhida uma simples comissão para preparar a Conferência.

No ternário da Conferência figura, com destaque, a mensagem do governador do Estado à Assembleia Legislativa, criando a Associação dos Lavradores do Estado do Espírito Santo. A iniciativa governamental vem encontrando ampla repercussão favorável entre os camponeses.

# A Coesão Leninista do Partido

O Bureau Político do Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha tomou posição a respeito de algumas questões da atividade do Partido, relacionadas com as decisões do XX Congresso do PCUS e com a III Conferência do Partido Socialista Unificado da Alemanha. A base dessas deliberações, o jornal «Neues Deutschland», órgão do Partido, publicou um editorial do qual extraímos importantes trechos e damos no presente número a primeira parte.

A revelação pelo XX Congresso do PCUS sobre a grande importância da direção coletiva, como um dos princípios básicos do leninismo, é de grande significação para todos os partidos comunistas e operários.

A condenação do culto à personalidade pelo XX Congresso do PCUS e a revelação de suas nefastas consequências sobre a vida ideológica e política dos partidos marxistas-leninistas e sobre sua atividade teórica criadora, tiveram profunda ressonância em nosso Partido.

Após a publicação dos trabalhos do XX Congresso, passou a reinar em certos camaradas uma incerteza. Eles se perguntavam contra quais medidas e contra quais escritos se dirigia a crítica. Semelhante desorientação era bem compreensível em camaradas que não tinham podido ler de maneira aprofundada, os documentos e as explicações do XX Congresso. É sempre doloroso quando, por meio de uma crítica tão incisiva como a que se fez no XX Congresso, sérios erros são desvendados e certas concepções habituais são destruídas. Mas se partimos das grandes tarefas atuais da União Soviética e dos países componentes do sistema mundial do socialismo, é fácil compreender a necessidade de denunciar corajosamente os erros cometidos no passado, pois tais erros têm a possibilidade de repetir-se e entravar a construção do comunismo na União Soviética e a construção do socialismo nos países de democracia popular, bem como de entrar a evolução de outros países para o socialismo e a política externa da União Soviética e dos Estados socialistas.

No XX Congresso mostrou-se que prejuízos foram engendrados pelo dogmatismo e pelo talmudismo. Exigiu-se ligar a teoria à prática. Esta severa crítica é válida igualmente para o trabalho de propaganda do Partido Socialista Unificado da Alemanha e para as deformações dogmáticas da doutrina marxista-leninista nas escolas superiores e nos institutos da República Democrática Alemã. Para nós, trata-se de extrair daí preciosos ensinamentos. Isto, no entanto, não pode ser feito mediante a imediata elaboração de nova resolução do Comitê Central e sim mediante a troca de opiniões no seio do Partido e nas instituições científicas. Antes de tomar decisões a respeito, é preciso travar debates e discussões com os membros do Partido, com os lentes, os professores, os encarregados de cursos e os estudantes. É tempo de que esse intercâmbio de opiniões se reflita em nossas revistas.

Quanto ao culto à personalidade, é preciso dizer que ele estimula o dogmatismo e impede os homens de pensar com sua própria cabeça.

O movimento operário alemão é rico de experiências sobre a posição crítica dos dirigentes revolucionários em face do culto à personalidade.

Marx e Engels colocaram, por ocasião da criação da Liga dos Comunistas, em 1847, o problema da direção coletiva no partido e se manifestaram com veemência contra a tendência à ditadura pessoal e à direção de um só homem. Marx escrevia:

«A adesão de Engels e minha à Associação comunista secreta se fez sob a condição de suprimir-se do estatuto tudo o que pudesse contribuir para uma vã adoração dos chefes». (Marx e Engels — Carta a Bebel, Liebknecht, Kautsky e outros — Edit. al., pág. 170).

No tempo de Ferdinand Lassalle existia o perigo da propagação do culto à personalidade no movimento operário alemão e particularmente no seio da «União Geral dos Operários Alemães», criada por Lassalle. Ele aspirava a formar esta organização em moldes opostos ao princípio do centralismo democrático. Os dirigentes desse partido — primeiro Lassalle, depois Schweitzer — outorgaram a si mesmos plenos poderes ditatoriais. O princípio do coletivismo lhes era estranho. Marx e Engels criticavam fortemente essa atitude. Assim é que Marx e Engels escreviam:

«Ademais, se Lassalle ousa falar em nome do Partido, deve contar com que, no futuro, ou será abertamente desautorado por nós — pois a questão é demasiado importante para que nos atenhamos a considerações — ou então, em vez de seguir inspirações amalgamadas de fogo e lógica, deverá primeiro es-

trar em acôrdo com outros pontos de vista que não os seus. Para nós trata-se agora de observar rigorosamente a disciplina do Partido, pois do contrário terminará tudo num atoleiro».

E falando de Lassalle, Marx prosseguia: «Ele assume todos os ares — tomando emprestadas nossas frases — de futuro ditador operário». (Marx e Engels — Cartas Escollidas, Moscou — Instituto M.E.L. — Ed. 334, págs. 101-121).

A história do Partido Comunista Alemão dispõe igualmente das experiências de luta contra o culto à personalidade. Pode-se dizer, com razão, que num partido que luta nas condições da ditadura da burguesia, os métodos de ditadura pessoal de alguns dirigentes são, no final de contas, votados ao fracasso. Isto se produziu particularmente nas discussões com os elementos trotskistas no Partido Comunista Alemão. Não é por acaso que os operários se desviaram do Partido durante a dominação dos ultra-esquerdistas na direção do Partido.

Ernst Thaelmann dizia, a propósito desse fenômeno que conduziu a isolar temporariamente o Partido das amplas massas, que os operários, exasperados com a ditadura pessoal, com a duplicidade na direção do Partido, devido aos ultra-esquerdistas, procuraram um refúgio em qualquer parte.

É uma lacuna do Partido não ter prestado bastante atenção aos ricos tesouros de experiências fornecidas pelas discussões de princípio sobre o culto à personalidade no movimento operário alemão. A tarefa dos quadros teóricos consiste em superar esse retardamento.

Depois de examinar várias questões da estrutura do Partido, inclusive o princípio da eleição de dois Presidentes para cada organismo, princípio este posteriormente revogado de acôrdo com a palavra de ordem «Aos postos de responsabilidade os camaradas melhores e mais qualificados», escreve o «Neues Deutschland»:

«Não se pode esperar que a classe operária em seu conjunto, na Alemanha Ocidental, se familiarize imediatamente e sob todos os aspectos com a natureza e o caráter do Partido Socialista Unificado da Alemanha, depois de ter sido afastada até então do desenvolvimento imediato de nossa evolução. Em tal situação, os dirigentes conhecidos do movimento operário e sua atividade facilitam a realização da unidade de ação, a criação de relações de confiança entre o partido marxista-leninista e os partidos de massa que impelem ao socialismo».

Esta tomada de posição fundamental não impede de modo algum o dever de condenar severamente o surgimento do culto à personalidade. O Partido deve cuidar continuamente de que algumas pessoas não se coloquem por cima do Partido e não se sirvam, num mau sentido, do poder que lhes é outorgado nem da confiança que lhes é concedida. Os laços com sua classe, o espírito de partido, o pleno devotamento ao Partido e a seu Comitê Central, a profunda dedicação aos membros do Partido e às massas populares, aí estão as garantias que o Partido exige daqueles que chama a dirigir os assuntos partidários.

Nosso Partido já dedicou, nos anos transcorridos, grande atenção a este aspecto da luta e lhe dedicará em seu trabalho futuro uma atenção ainda maior e mais séria.

Basta recordar a 8ª sessão do Comitê Central (fevereiro de 1952) em que a atitude ditatorial do camarada Lohagen foi severamente condenada pelo C. C. Nesta sessão, o C. C. pediu ao Partido que criasse uma atmosfera de autocritica séria e objetiva e não permitisse a quem quer que fosse abafar a crítica.

A 15ª sessão desferiu um golpe decisivo em favor da aplicação justa dos princípios leninistas da direção coletiva e contra todas as manifestações de utilização do poder num mau sentido, contra o desprezo ao coletivo, manifestado por certos camaradas nos órgãos do C. C. Criticou-se o fato de que nesses órgãos do C. C. e em outras direções do Partido, as deliberações coletivas e as decisões eram muitas vezes substituídas por decisões unilaterais.

Esta autocritica do C. C. corrigiu casos de violação do coletivismo na direção e abriu o caminho a uma atmosfera sã e criadora.

Como se sabe, o Partido já havia tomado, nessa época, sem negar o papel da personalidade, decisões que possibilitavam impedir as manifestações do espírito de aulicismo, da inflação contínua dos nomes de dirigentes vivos, dados a ruas e fábricas, da muito particular bajulação de certas pessoas. Já em 1953 foi decidido suprimir a moda de dar às empresas e instituições os nomes de pessoas vivas. Severa proibição foi feita nesse sentido.

Todas estas medidas conduziram a um grande surto da democracia interna do Partido, da liberdade de discussão, da aplicação vitoriosa da linha do Partido e permitiram conquistar êxitos no fortalecimento e aplicação mais hábil da linha geral do Partido.

Sabe-se que os congressos e as sessões plenárias do Comitê Central se realizaram nos prazos fixados pelo estatuto e que o C. C. pôde, pois, realizar plenamente suas funções entre os congressos do Partido.

Significa isto que todas as questões da atividade do C. C., seu papel específico como órgão dirigente do Partido, sejam resolvidas de acôrdo com o nível de nossa evolução? Não. Isto é particularmente válido para as deliberações coletivas sobre as tarefas teóricas e a política prática que o Comitê Central deve tratar no futuro, mais ampla e fundamentalmente, em certas etapas do desenvolvimento.

O Bureau Político é de opinião que é preciso tirar outras conclusões da luta contra o culto à personalidade. Eis por que reclamou que, no curso de seu desenvolvimento, sejam eliminadas sistematicamente todas as excrescências, exageros, e adoção mecânica, próprias da época do culto a Stálin e de que ainda se ressentem alguns de nossos camaradas dirigentes. Queremos salientar que esta questão já não tem extraordinária importância, dado o papel que hoje desempenha entre nós o C. C. e também dado a que toda uma série de medidas apropriadas já foram aplicadas.

Esta é a razão pela qual o Bureau Político considera que seria nocivo e estúpido cair no outro extremo. Trata-se de aclarar o papel da personalidade na história, reconhecido e definido pelo marxismo-leninismo, de liquidar o culto à personalidade, mas não de diminuir o amor, o respeito e a admiração de que gozam os dirigentes operários entre nós, o que significaria atentar contra os sentimentos de dedicação das amplas massas ao Partido e aos camaradas dirigentes e levar água ao moinho do inimigo.

Todo o Partido deve cuidar de que ninguém intente — exaltando-se arbitrariamente e egoisticamente — perturbar as relações entre o Partido e as massas populares, relações baseadas na confiança recíproca.

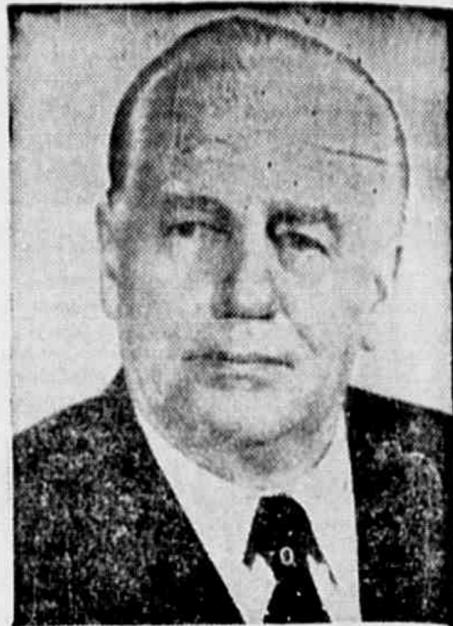
Devemos cuidar rigorosamente de que todo o amor e dedicação das massas populares sejam sempre para o Partido como vanguarda marxista-leninista da classe operária. O Partido assegura o futuro pacífico de nosso povo, a felicidade de nossos trabalhadores, a vitória do socialismo.

É somente por este caminho, que o Comitê Central deve seguir com passo tranquilo e firme, que serão superadas todas as nefastas consequências da época do culto à personalidade, da penetração do culto a Stálin em nosso Partido.

## NOSSA ATITUDE ANTE OS ENSINAMENTOS DE OUTROS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

Os trabalhos do XX Congresso levantaram certas questões de importância fundamental na vida de cada partido marxista-leninista. O fato de haver desvendado os erros teóricos nos trabalhos de Stálin, de haver suprimido sérias lacunas e métodos de trabalho defeituosos na atividade do Partido e do Estado, as novas concepções relativas à unidade da classe operária e as relações entre o Partido e as massas populares, desencadeou grande efervescência moral no movimento socialista do mundo inteiro. Cada vez mais os partidos irmãos reivindicam seu papel criador próprio e fazem, como nós, uma crítica aberta de certos erros cometidos em sua evolução.

Essas questões só podem ser vitoriosamente resolvidas, no verdadeiro sentido das exigências da vida, de acôrdo com os princípios fundamentais do marxismo-leninismo, se



Wilhelm Pieck, Presidente da R. D. A.

se levam em conta os dados históricos e as condições de luta atuais existentes em tal ou qual país.

Acompanhamos com atenção as discussões e as decisões dos partidos irmãos, particularmente dos países de democracia popular. Deixamo-nos guiar por um dos princípios fundamentais definidos por Lênin, que chamava os comunistas russos a estudar atentamente as experiências, mas ao mesmo tempo a refletir constantemente sobre o fato de que, ao tratar de experiências de outros países, «é necessário compreender, considerar essas experiências de maneira crítica e examiná-las individualmente». (Lênin — «Páginas Escollidas» em 2 volumes. Tomo 1, pág. 195).

Eis aí por que certos membros do Partido não têm razão, por exemplo, nas discussões atuais sobre as questões do culto à personalidade, sobre as questões da revisão de certos processos seguidos de falsas condenações, sobre as questões dos atentados à legalidade socialista nos outros países, ao querer tirar a conclusão de que deveríamos adotar também as medidas tomadas pelos partidos irmãos, da mesma maneira, isto é, mecânica e esquematicamente.

É preciso dizer, a esse respeito, que logo que os fatos se tornarem conhecidos, nosso Partido e seu Comitê Central, em comum com o governo da República Democrática Alemã e o Bloco Democrático, adotaram medidas para impedir possíveis exageros, que conduzissem a condenações injustificadas de pessoas honestas. Desde 1953 nosso Partido começou a corrigir certas tendências dos órgãos de segurança consistentes em colocar-se por cima do Partido e dos órgãos de Estado e em subtrair-se ao controle. Não tivemos aqui processos como os de Rajk e Kostov e não tivemos, pois, necessidade de aplicar revisões tão profundas.

É evidente que certos camaradas não conhecem bem nossa própria história e não assimilaram o sentido do trabalho teórico criador da III Conferência do Partido. Devemos lembrar que nessa conferência várias questões de grande importância teórica foram aclaradas, tais como o problema atual da passagem do capitalismo ao socialismo, a direção da luta de classes, o futuro das camadas médias, as medidas concernentes ao desenvolvimento da democracia, a garantia dos direitos dos cidadãos da R. D. A. e o papel das representações populares eleitas.

Em algumas faculdades de nossas Universidades e em certas escolas superiores e através de vários membros e quadros do Partido, manifesta-se o desejo de escolher a fácil solução que consiste em devorar informações sensacionais, nas quais é visível a propaganda inimiga, em vez de penetrar profundamente no estudo de nossas próprias condições e da solução para os problemas, como tem feito e fará o Partido.

Tal atitude deve merecer a crítica dos membros do Partido, e os camaradas que defendem tal ponto de vista devem convencer-se de que assim fazendo prejudicam a causa do socialismo e a homogeneidade leninista de nosso Partido».

(Continua)

# QUE É CENTRALISMO DEMOCRÁTICO?

O centralismo democrático é o princípio orgânico leninista de nosso Partido, é seu princípio fundamental de organização e representa a aplicação à vida partidária, da «linha de massas» a que nosso Partido se atém em suas atividades. Nas teses básicas do Programa e na segunda seção do Projeto de Estatutos há uma definição bastante completa do centralismo democrático no Partido. Essa definição é o resultado da experiência de vida partidária por nós acumulada durante muitos anos.

O Partido apoia a ligação com as amplas massas do povo, firmando-se em todos os seus membros e em todas as organizações do Partido. Para fazermos uma soma das opiniões expressas pelas massas populares, para colhermos sua experiência, propagar entre elas as concepções do Partido e conseguir que estas se tornem suas próprias concepções, e também para organizar as massas populares para realizá-las, em regra geral são necessários os esforços de todos os membros do Partido e de todas as organizações de base do Partido. Por isso, a solução acertada do problema das relações mútuas entre as organizações do Partido e os membros do Partido, entre as organizações partidárias superiores e inferiores, entre as organizações centrais e locais do Partido, tem importância de primeira ordem no sistema do centralismo democrático no Partido.

Na história do nosso Partido houve desvios quanto ao problema das relações mútuas entre as organizações superiores e as inferiores. Quando o oportunismo «de esquerda» predominava no Partido, esse desvio expressava-se na centralização excessiva. Nessa época as organizações de base na realidade não tinham o direito de manifestar suas opiniões diante das organizações superiores; os dirigentes superiores não só deixavam de interessar-se pela situação vigente nas organizações inferiores e não ligavam importância à suas opiniões, como também perseguiram de todas as maneiras aquelas que, considerando a situação real, manifestavam-lhes opiniões sensatas mas que divergiam de seus pontos de vista. Esse erro, foi no fundamental, corrigido depois que, em janeiro de 1935, o Comitê Central do Partido acabou com o domínio do oportunismo «de esquerda».

A partir de 1935 as relações mútuas entre as organizações superiores e inferiores, as centrais e as locais de nosso Partido se tornaram no todo normais. Aproveitando toda possibilidade, o Comitê Central do Partido ao resolver questões importantes de caráter oficial geral sempre solicitava as opiniões dos camaradas nos locais e dos diferentes órgãos e as levavam em conta; no caso de divergência de pontos de vista, em regra geral os companheiros podiam por mais de uma vez, realizar debates livres. Todos sabem que muitas diretrizes importantes estabelecidas pelo Comitê Central eram de atenção distribuídas, sob a forma de projetos, às organizações locais, para que estas, no decurso dos debates e na realização experimental desses projetos, nelas fizessem emendas. Somente depois de alguns meses e até mesmo depois de um ano essas diretrizes eram publicadas com as emendas que levavam em conta as opiniões provenientes dos locais. Se, porém, por força de circunstâncias concretas, as organizações locais não pudessem realmente pôr em prática as diretrizes publicadas, o Comitê Central concordava que as organizações locais a seguissem com as emendas necessárias, decorrentes da situação real. Não só no período da guerra anti-japonesa e da guerra de libertação, como também nos primeiros anos após a libertação da República Popular da China, o Comitê Central outorgou aos locais amplos di-

Em Seu Informe ao VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, Sobre o Projeto de Estatutos do Partido, Teng Hsiao-Ping Expõe Importantes Questões Relativas ao Princípio do Centralismo Democrático, Considerado «o Princípio Fundamental de Organização Que Representa a Aplicação, à Vida Partidária, da «Linha de Massas» a Que o Partido se Atém em suas Atividades» — Publicamos, a Seguir, o Trecho do Informe de Teng Hsiao-Ping Referente ao Problema do Centralismo Democrático

reitos para solução independente dos problemas; os fatos demonstram que isso foi perfeitamente justo. Em regra geral estes princípios também eram observados nos locais, em todas as organizações, entre as organizações superiores e inferiores. Nos locais e nas organizações inferiores, em regra geral é mantida uma atitude de respeito em relação à direção exercida pelas organizações superiores. Por isso, no fundamental a política do Partido era realizada por todos os comunistas.

No mesmo período existiu, porém, no Partido, um desvio de outro tipo, que se expressava no insulamento. Em nosso Partido surgiam freqüentemente militantes que gostavam de estabelecer regimes próprios, «esferas de influência», e política própria, não lhes agradavam a direção e o controle exercidos pelo Partido; não respeitavam as decisões tomadas pelo Comitê Central e outros escalões superiores. Até mesmo quando se exigia uma decisão única do Comitê Central sobre problemas de monta, em ocasião oportuna não se dirigiam ao C. C. ou a outros órgãos superiores para solicitar diretrizes e, após tomarem medidas, não prestavam informes a respeito delas. Desobedeciam, assim, a política do Partido e a disciplina partidária atentando contra a unidade do Partido. O Comitê Central do Partido sempre lutou firmemente contra esse desvio: a decisão do C. C. a respeito do reforço do espírito de Partido no trabalho, aprovada em 1941, a decisão do C. C. a respeito da direção única nas bases anti-japonesas, aprovada em 1942, a diretriz do C. C. a respeito da criação de um sistema de solicitação de instruções e de apresentação de relatórios e de reforço da organização e da disciplina, diretriz estabelecida em 1948, e a decisão do C. C. sobre o fortalecimento do Instituto de Comitês Partidários, aprovado em 1948 — todas essas resoluções visavam sobretudo acabar com o desvio do insulamento. O 4º Pleno do Comitê Central em fevereiro de 1951 7ª convocação, extirpou firmemente esses erros nos sentidos ideológico, político e orgânico. Desde então, a sobrevivência do insulamento só se mantivera em certos lugares.

Em geral, hoje a falha básica nas relações mútuas entre as organizações superiores e inferiores do Partido está na pouca atenção que se presta ao desenvolvimento da atividade criadora nas organizações inferiores do Partido. A concentração incabível e demasiada de direitos nos órgãos centrais se manifesta não só no domínio econômico, cultural e outros do trabalho estatal e administrativo, mas também na atividade partidária. Os órgãos superiores estabelecem quantidade demasiada de disposições rígidas sendo que muitas delas não resultam do estudo detalhado da situação da experiência nas organizações inferiores, o que freqüentemente acarreta-lhes dificuldades na realização destas disposições. Muitos órgãos superiores ainda não sabem estudar profundamente a vida dos órgãos inferiores e auscultar a opinião das organizações inferiores e das massas, não solicitam a opinião das organizações inferiores quando resolvem problemas, substituem-nas totalmente no trabalho e ainda não se desfizeram do hábito de ditar ordens e comandar

de dentro de gabinetes. Além disso, certos dirigentes em áreas de importância, assumem uma atitude de magestade, limitam-se a só ensinar e a criticar outros, sem se interessarem pelas opiniões manifestadas pelas organizações inferiores, não consideram a crítica que estas façam, e não recorrem à autocritica perante elas. Embora isso não aconteça em toda parte, sua ocorrência é bastante freqüente. Se não prestarmos atenção a esses fenômenos e não os extirpamos, não haverá real centralismo democrático nos locais em que eles ocorrem.

De acordo com a variada experiência acima exposta, no Projeto de Estatuto do Partido são acrescentados os seguintes princípios sobre a questão das relações mútuas entre as organizações do Partido superiores e inferiores dentro do âmbito do centralismo democrático:

Em primeiro lugar estabeleceu-se a seguinte orientação relativamente às condições básicas para a realização do centralismo democrático: «Todos os órgãos dirigentes do Partido devem ouvir constantemente a opinião das organizações inferiores do Partido e das massas de membros do Partido, estudar sua experiência e em ocasião oportuna resolver seus problemas». «As organizações inferiores do Partido devem periodicamente prestar contas de suas atividades às organizações superiores e em ocasião oportuna devem solidarizar-lhes diretrizes a respeito de questões ligadas às suas atividades, e que devem ser resolvidas pelas organizações superiores».

Em segundo lugar, acrescenta-se o seguinte parágrafo, relativamente aos direitos e deveres das organizações centrais e locais, superiores e inferiores: «Os direitos das organizações centrais e locais do Partido devem ser convenientemente delimitados. Todas as questões de caráter geral de Estado e aquelas que exigem a adoção de uma decisão única por todo o país devem ser resolvidas, pela organização central em prol da centralização e da unidade no Partido; todas as questões de caráter local e as questões que exigem a decisão das organizações locais, devem ser resolvidas por estas, para que as decisões correspondam às condições locais. Segundo o mesmo princípio devem ser convenientemente delimitados os direitos das organizações locais superiores e inferiores».

Em terceiro lugar, acrescenta-se o seguinte parágrafo relativamente à realização das discussões sobre as questões de política partidária e de realização das decisões tomadas pelo Partido: «Antes que um órgão dirigente do Partido tome uma resolução, as organizações inferiores do Partido e os membros dos Comitês partidários podem discutir livremente e de modo prático as questões da política partidária nas organizações do Partido e nas Assembleias partidárias, e também apresentar suas propostas aos órgãos dirigentes do Partido. No entanto, logo que o órgão dirigente do Partido tomar uma decisão as organizações inferiores do Partido e os membros dos Comitês partidários devem a ele subordinar-se. Se uma organização inferior considera que a decisão da organização superior não corresponde à situação de fato vigente em determinado distrito ou setor, deve dirigir-se à organização superior solicitando-lhe modificar sua decisão, porém, a organização superior considera que se deve cumprir a resolução tomada anteriormente, a organização inferior deve realizá-la incondicionalmente».

Outro problema básico do centralismo democrático no Partido é a questão da direção coletiva nas organizações partidárias de todos os escalões. O leninismo exige que as decisões referentes a todas as questões importantes no Partido devem ser tomadas pelo coletivo respectivo e não individualmente.

O XX Congresso do PCUS explicou cabalmente a grande importância da estrita observância ao princípio da direção coletiva e da luta contra o culto ao indivíduo. Essas explicações exerceram imensa influência não só sobre o PCUS, como também sobre os demais Partidos Comunistas em todos os países do mundo. É de todo evidente que a decisão unipessoal de problemas importantes contraria os princípios de edificação partidária nos partidos que lutam pelo comunismo, levando inevitavelmente a erros. Só a direção coletiva ligada às massas corresponde aos princípios do centralismo democrático no Partido e contribui para reduzir ao máximo as possibilidades de erros.

Há muito se tornou tradição em nosso Partido o coletivo partidário, e não o indivíduo, tomar decisões sobre problemas importantes. Embora dentro do Partido houvesse freqüentemente transgressões dos princípios da direção coletiva, logo que essas transgressões eram constatadas o Comitê Central as condenava e as corrigia. Papel particularmente grande no reforço da direção coletiva no Partido foi representado pela decisão tomada pelo Comitê Central em setembro de 1948 a respeito do fortalecimento do Instituto de Comitês Partidários. Parece-me não ser supérfluo trazer isso novamente ao conhecimento dos presentes porque tem importância para todo o Partido. Nessa decisão afirma-se: «Sendo de grande importância no Partido o Instituto de Comitês Partidários assegura o coletivismo da direção e impede que pessoas isoladas a monopolizem. Ultimamente em certos órgãos dirigentes — é claro que não em todos — constata-se o hábito muito difundido de monopolizar a direção e de resolver as questões importantes individualmente; nelas as decisões sobre questões importantes não são tomadas nas reuniões dos Comitês do Partido, e sim por pessoas isoladas, enquanto que os membros dos Comitês existem formalmente torna-se impossível conciliar os diferentes pontos de vista dos membros dos Comitês, as divergências ficam relegadas a si mesmas e sua solução, durante longo tempo, a unidade entre os membros dos Comitês é mantida apenas de maneira formal e não em essência. É necessário corrigir essa situação».

## DECLARAÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DO CEARÁ DO P. C. B.

(CONCLUSÃO DA 4ª PAGINA)

vida, indiferente à realidade, deve se integrar decididamente na luta por essas reivindicações.

Neste momento, em que todos os Partidos já se encontram empenhados ativamente na campanha eleitoral, nosso Partido ainda se acha de braços cruzados, numa repetição de erros passados, quando deixávamos para a última hora a nossa participação nas eleições. Precisamos compreender com espírito novo a importância das eleições para nosso País. Bem orientado, nosso povo poderá eleger homens capazes de encaminhar soluções para os seus problemas.

Assim, pois, torna-se necessário entrar em entendimentos imediatos com todas as forças políticas, no âmbito estadual e municipal, e iniciar o alistamento eleitoral. Lancemo-nos audaciosamente na campanha eleitoral, desenvolvendo, ao mesmo tempo, um ativo trabalho em defesa dos interesses do povo.

### ALGUMAS QUESTÕES PARA ESTUDO

O Comitê Regional convida todo o Partido a estudar e opinar sobre as seguintes questões, que pretende submeter à apreciação do V Congresso:

1) A União da Juventude Comunista, pelo caráter setorial de sua estrutura, é na verdade um departamento do Partido e não uma organização de massa; tem servido de entrave à unificação da mocidade brasileira. Não seria justa a sua dissolução e que os próprios jovens procurem melhores formas de se organizarem?

2) O Comitê Regional considera que a existência de organizações de base especificamente femininas, gera o «feminismo» no Partido, dificulta o trabalho do Partido entre as mulheres e enfraquece o conjunto das organizações de base do Partido. Em vista disso, não seria aconselhável que as organizações de base femininas fossem dissolvidas e suas militantes integradas nas outras organizações?

3) O Comitê Regional tem dúvidas de que a atual estrutura do Partido, que diz respeito à divisão territorial, satisfaz aos interesses da luta de nosso povo. Não deve, portanto, a estrutura do Partido ser revista?

4) O Comitê Regional considera que as atuais comissões auxiliares de direção funcionam muito burocraticamente.

Devem ser integradas nas suas funções, e que se verifique no curso do seu funcionamento a necessidade ou não de sua existência?

5) Considerando a necessidade de melhorar a qualidade do Partido, o Comitê Regional sugere que se estude a conveniência da criação da categoria de candidato a membro do Partido para todos os que nele quiserem ingressar.

6) Em função da democracia interna, não seria conveniente que o candidato a membro dos organismos dirigentes do Partido tivessem direito a voto, na ausência dos membros efetivos?

7) O Comitê Regional está convencido de que o Programa e Estatutos do Partido estão em choque com a realidade e devem ser reformados. Conclama o Partido a aprofundar o estudo desta questão.

8) O C. R. concorda com a questão levantada no Projeto de Resolução do Comitê Central, no que diz respeito a que seja assegurado às minorias no Partido, o direito de manter e defender sua opinião, e conclama o Partido a debater este assunto.

### RESOLUÇÕES

O Comitê Regional resolve:

1) Considerando que o camarada Prestes não vem exercendo efetivamente a sua função de Secretário do Partido, toma a decisão de exigir que se integre nela.

2) O Comitê Regional reabre a discussão de todos os processos de expulsão e afastamento de membros do Partido desde 1946 até a presente data, inclusive os falecidos.

3) O Comitê Regional elegerá uma Comissão Especial para examinar todos os materiais relativos à discussão, em todo o Partido, do Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB e da presente Declaração.

Fortaleza, novembro de 1956.

Comitê Regional do Ceará do Partido Comunista do Brasil.

(Publicado em «O Democrata» de 8 de novembro de 1956, Fortaleza)

# Plataforma Unitária Pela Democracia e Progresso Nacional

«ESTAMOS seguros de que a democracia brasileira somente sobreviverá se conseguir aperfeiçoar-se no sentido do reconhecimento efetivo dos novos direitos populares.» Tal é o que afirma, em sua declaração de Princípios, o I Congresso das Assembleias Legislativas do Brasil (São Paulo, 15-18 do corrente). O Congresso, constituído pelos representantes de todas as assembleias estaduais do país, em uma Declaração de nove pontos adotou uma posição patriótica em relação a problemas políticos e econômicos essenciais do país — posição que corresponde aos interesses do povo brasileiro, e que constituirá, sem dúvida, uma plataforma

de ação comum para todos os que desejam a democracia e o progresso nacional.

## FORTELECIMENTO DA DEMOCRACIA

«A economia — diz a Declaração, no ponto relativo ao fortalecimento da democracia — não poderá continuar com seu conceito clássico, traduzida apenas na arte de estabelecer empresas lucrativas», mas, acima de tudo, deve ser concebida como a ciência de proporcionar o bem-estar coletivo. A liberdade não terá sentido, se permanecer somente na forma de liberdade política. Ela precisa ser completa com a sal-

vação do homem brasileiro das escravizações que o sufocam. Orientar os errantes, alimentar os desnutridos, vestir os andrajosos, dar teto aos que não o possuem, eis as bases cristãs de valorização da pessoa humana, pela qual a democracia há de bater-se, sem renunciar aos princípios e postulados que a sustentam e filosoficamente a tornam indispensável aos sistemas de vida do povo brasileiro.»

A Declaração reclama, ainda, o «fortalecimento do municipalismo, concebido através de medidas concretas no âmbito tributário.» Pronuncia-se, também, pela «regulamentação do direito de greve, como reafirmação de seu reconhecimento.»

## MEDIDAS DE REFORMA AGRÁRIA

É o seguinte o pronunciamento do Congresso das Assembleias Legislativas (pontos 4 e 5 da Declaração) sobre os problemas relativos ao campo:

«Redução dos prazos de usucapião entre ausentes e entre presentes em favor de agricultores que, durante o tempo fixado em lei, cultivam as terras ocupadas para subsistência própria e de seus descendentes.»

«Estabelecimento de limites máximos dos preços do arrendamento de terras para a agricultura ou criação pecuária. Neste particular, atendendo à diversidade das culturas e às condições do solo, seria conveniente que a lei federal que estabelecesse a taxa de arrendamento deferisse aos Estados o poder de legislar subsidiariamente; arrendamento compulsório das terras inaproveitadas e desapropriação, à base do custo histórico, das áreas beneficiadas com valorizações decorrentes de obras e serviços públicos; legislação especial de proteção ao trabalhador rural, de conformidade com as diferenciações das zonas produtoras, natureza das culturas e espécies de trabalho; planejamento e execução de um programa austero no campo das comunicações, visando o reaparelhamento dos sistemas de transportes e sua coordenação. O país não pode continuar na dependência desse advento, que estimularia notáveis esforços regionais, impotentes, todavia, para resolver com amplitude os problemas da economia brasileira.»

## CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS

No campo do comércio exterior, a Declaração se define pela ampliação de nossas relações internacionais. O documento reclama (ponto 8) o «reatamento das relações, comerciais do Brasil com todos os países do mundo.»

## POLÍTICA ECONÔMICA NACIONALISTA

O I Congresso das Assembleias Legislativas adotou posição decidida por uma política econômica que vise a consolidação de nossa independência econômica e o estímulo ao progresso do país. Reclama o documento (pontos 1, 2 e 3) a esse respeito: «Manutenção irrevogável da atual política petrolífera substanciada na Petrobrás, como fator básico da emancipação econômica e reafirmação da soberania política.

«Estatização progressiva da indústria de energia elétrica. E isto porque, sendo naturais as fontes energéticas, ao

povo devem pertencer os benefícios e resultados de sua exploração, como ao Poder Público é imperativo que se atribua o exercício direto e efetivo de uma justa política tarifária.

«Fixação definitiva de orientação no que concerne à energia atômica, estabelecendo, em lei, as normas que assegurem uma política nacionalista relacionada com a lavra, e beneficiamento, o comércio externo e interno dos minerais, que possam fornecer urânio e tório.»

## PELA LEGALIDADE DO P.C.B.

Ao Congresso foi apresentada moção pelo deputado

paulista Wilson Rahal em favor da legalidade do Partido Comunista do Brasil. Depois de considerar que a cassação do registro do PCB «privou uma parcela da população brasileira de manifestar sua preferência por esse partido», que «na quase totalidade dos países capitalistas existem e funcionam legalmente partidos comunistas» e que «a democracia brasileira não estará em sua plenitude enquanto não for reintegrado nos quadros partidários, com vida legal, o Partido Comunista do Brasil», a moção conclui afirmando que a legalidade do PCB «será uma afirmação de estabilidade e da força da democracia brasileira.»

## SENTIDO DO DEPOIMENTO DE JUAREZ:

### Recrudescer a Criminosa Atividade Golpista

CABE AS FORÇAS PATRIÓTICAS E DEMOCRÁTICAS SE UNIREM ACIMA DE QUAISQUER DIVERGÊNCIAS OCASIONAIS EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DAS CONQUISTAS SOCIAIS DE NOSSO POVO

SENDO um obstinado entreguista capaz de camuflar suas atitudes com a roupagem «patriótica» que julgue mais adequada, Juarez Távora voltou à carga, nos últimos dias, publicando os documentos por ele mesmo anunciados há bastante tempo e cujo efeito os jornais golpistas superestimam. Não devem as forças democráticas e patrióticas, entretanto, no momento presente subestimar a trama urdida pelo antigo chefe da Casa Militar que, procurando passar por vítima de uma campanha insidiosa, quer arregimentar os golpistas de todas as tendências em torno de sua pessoa para lançar-se a uma aventura de consequências imprevisíveis.

## «SOLUÇÃO DE FÔRÇA»

No fundamental, que deseja o pregoeiro da nossa incapacidade e mentor de um governo que deu um prazo de seis meses à Petrobrás?

Juarez deseja, num momento em que as forças patrióticas e democráticas cerram fileiras em torno das soluções nacionalistas dos grandes problemas nacionais, dividir as forças armadas, apontando o sr. Juscelino Kubitschek como destituído de força moral para o exercício do cargo e propondo a substituição dos três ministros militares livremente escolhidos pelo Presidente da República.

Esta a síntese do seu programa, publicado pelo «Diário de Notícias», do Rio, de 22 de novembro. E para o cum-

primento do seu programa-ultimatum que caminho aponta? O próprio jornal, na espécie de prefácio que escreveu para as lamurias e os delírios de Juarez, o declara abertamente: «O general Juarez Távora prevê que a atual crise, em franca evolução, venha a provocar, mais cedo ou mais tarde, uma solução de força». E' o golpe, puro e simplesmente, que Juarez preconiza. Não podem os entreguistas se conformar com a política petrolífera e atômica do governo, com a construção da barragem de Três Marias e outras iniciativas que levam o país ao caminho da emancipação econômica. Não estão satisfeitos com a evolução dos acontecimentos políticos, com a formação da frente parlamentar nacionalista e outras manifestações do despertar da consciência patriótica de nosso povo que não admite um retrocesso na situação política do país.

Por isso é que Juarez, à frente dos bandos golpistas, tendo em vista o passageiro agravamento da situação internacional, acha propício o momento para decretar a existência de uma «crise política» no país e aponta como solução da «crise» o golpe. Se o Presidente da República não tem autoridade moral para governar, como diz Juarez Távora em dois dos seus documentos enviados ao ministro da Guerra, e se os ministros militares devem ser afastados, naturalmente para dar lugar a militares indicados pelo próprio Juarez, que seria isso senão entregar o poder à reduzida e insolente minoria golpista que se arroga o direito de falar em nome «dos cidadãos responsáveis da República»?

## COINCIDÊNCIA DIGNA DE NOTA

O que os golpistas, entretanto, chamam com empáfia de «último apelo em favor da paz nas forças armadas» serve como advertência a todas as forças patrióticas e demo-

cráticas, à classe operária e ao povo que estão dispostos a lutar contra um retrocesso. O «depoimento» de Juarez Távora indica, com toda a clareza, o recrudescimento da atividade golpista que se conjuga com monstruosas imposições dos círculos militaristas norte-americanos ao governo brasileiro, como a da entrega de bases brasileiras para a instalação de projéteis teleguiados, denunciada em documento do Partido Comunista do Brasil. Contra o golpe que levaria o país a uma ditadura terrorista e contra as imposições dos círculos militaristas norte-americanos que nos querem arrastar à guerra, levanta-se como um só homem a consciência democrática de nosso povo.

## VOZ OPERÁRIA PASSA A SER VENDIDA A DOIS CRUZEIROS

A VOZ OPERÁRIA passa a ser vendida ao preço de dois cruzeiros no Rio e São Paulo. Adotamos tal medida tendo em conta o aumento dos preços das utilidades necessárias à feitura do jornal e à majoração do custo da vida. Se outros motivos não tivéssemos, bastaria os nossos leitores e amigos saberem que desde que aumentamos nosso preço de venda de um cruzeiro para um cruzeiro e cinquenta centavos, foi majorado por três vezes o preço do papel, mercadoria esta que vem do exterior e cuja tendência altista se coloca entre as primeiras da importação brasileira. Esperamos, por isso, que o público compreenda as razões que nos levaram a adotar tal medida. De nossa parte, munidos com os recursos normais que o público nos fornece, tudo faremos para colocar a VOZ OPERÁRIA à altura das necessidades do momento que vive o povo brasileiro.

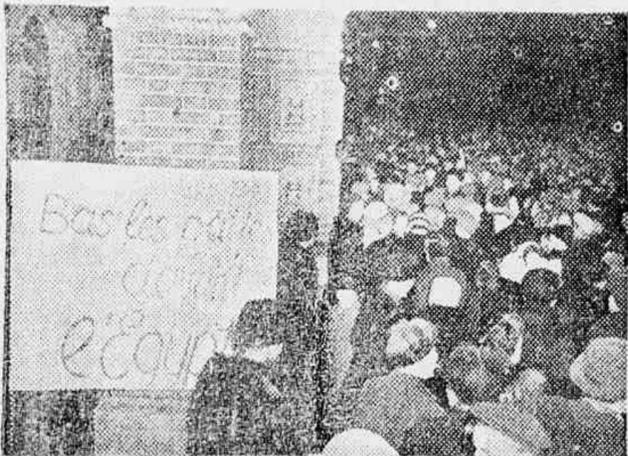
## PROTESTOS CONTRA A AGRESSÃO AO EGITO



... realizou diferentes manifestações de protesto contra a agressão armada ao Egito. Diante da embaixada de Israel os trabalhadores da capital soviética exigem a cessação da agressão ao bravo povo que luta pela sua independência.



... as mãos do Egito!» — dizem as faixas dos trabalhadores moscovitas, na sua demonstração de protesto diante da embaixada britânica.



Também diante do edifício da embaixada francesa concentraram-se milhares de cidadãos soviéticos, exprimindo seu protesto ante o ato de agressão do governo francês contra o bravo povo egípcio.

### UM BOLETIM DO DEBATE

Em face do interesse que desperta o debate aberto em nossas colunas sobre os problemas atuais do movimento comunista, e o afluxo de artigos, que se inicia, a VOZ OPERÁRIA julga necessário iniciar a publicação de um boletim, distribuído com o jornal, que reúna as colaborações para nós enviadas, ressalvados os aspectos normais da ética jornalística afetos à direção do jornal. Esta a razão porque em número próximo a VOZ OPERÁRIA editará o boletim de discussão, visando a divulgar e estimular mais amplamente o debate.